

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL EM
SAÚDE

Fernanda Zeni de Avila

BRANQUITUDE, IDEOLOGIA E CAPITALISMO NO BRASIL:
Subsídios para reflexão no campo da saúde

Rio de Janeiro

2023

Fernanda Zeni de Avila

BRANQUITUDE, IDEOLOGIA E CAPITALISMO NO BRASIL:

Subsídios para reflexão no campo da saúde

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional em Saúde.

Orientadora: Carla Macedo Martins

Rio de Janeiro

2023

Catálogo na Fonte

Fundação Oswaldo Cruz

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio

Biblioteca Emília Bustamante

Marluce Antelo CRB-7 5234

Renata Azeredo CRB-7 5207

A958b Avila, Fernanda Zeni de
Branquitude, ideologia e capitalismo no
Brasil: subsídios para reflexão no campo da saúde
/ Fernanda Zeni de Avila. - Rio de Janeiro, 2023.
81 f.

Orientadora: Carla Macedo Martins.
Dissertação (Mestrado Profissional em Educação
Profissional em Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz,
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio,
2023.

1. Racismo. 2. Racismo Estrutural.
3. Determinantes Sociais da Saúde. 4. Atenção em
Saúde. I. Martins, Carla Macedo. II. Título.

CDD 320.56

Fernanda Zeni de Avila

BRANQUITUDE, IDEOLOGIA E CAPITALISMO NO BRASIL:

Subsídios para reflexão no campo da saúde

Dissertação apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional em Saúde.

Aprovado em 28/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Carla Macedo Martins – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ

Lourenço da Conceição Cardoso - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Leticia Batista da Silva - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - FIOCRUZ

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, irmão e família extensa por todo amor e suporte para que eu existisse e pudesse me aventurar a chegar até aqui. Agradeço por terem me dado a alegria, durante o período de realização do mestrado, de me tornar tia da Ayla e da Heloísa e prima da Gabriela Maria, as nossas amadas bebês.

Às minhas amigas, amigos de Porto Alegre e do Rio de Janeiro que, de mãos dadas comigo, construíram essa jornada, compartilhando alegrias, dificuldades, abraços e risadas em todos os momentos. Agradeço o sorriso e a felicidade da minha afilhada Maria Elis.

Agradeço à todas e todos que acreditaram em mim, me incentivando e me ajudando a ter condições para seguir no mestrado. Essa trajetória de pesquisa se iniciou em 2021 em meio à pandemia de COVID-19 e durante esses dois anos morei em três estados diferentes (BA-RJ-RS). Agradeço a mim mesma por não ter desistido, mesmo quando tudo parecia tão incerto. No fim das contas, pesquisar sobre esse tema pra mim foi/é sobre acreditar e seguir lutando por um futuro melhor para as/os nossas/os, a classe trabalhadora brasileira.

Agradeço às professoras e professores da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e todas as/os trabalhadoras/es que a fazem ser referência de tantas maneiras na Fiocruz. Que orgulho fazer parte dessa Escola! Agradeço, em especial, minha orientadora Carla Macedo e a professora Marcela Pronko, que não mediram esforços para colaborar com o processo formativo das/os alunas/os, particularmente das/os bolsistas. Agradeço a orientação, trocas, afeto e paciência da professora Carla nesses dois anos juntas e por ter topado a tarefa de discutir essa temática tão necessária e ainda tão pouco pesquisada.

Agradeço à Coordenação da Pós-Graduação da EPSJV, à Comissão de Bolsas e à Fiocruz como um todo pela oportunidade que me foi dada de pesquisar sobre este tema de forma remunerada, pois isso me possibilitou, entre muitas coisas, vivenciar as aulas presenciais no Campus da Fiocruz em Manginhos/RJ. Conviver com as/os colegas e professores presencialmente foi muito importante depois de tanto tempo de isolamento social (necessário).

Agradeço ao professor Lourenço Cardoso e a professora Letícia Batista, por terem aceitado fazer parte da banca desde a qualificação deste trabalho e agora na defesa. As contribuições de vocês foram fundamentais para que eu conseguisse compreender o

melhor caminho a seguir para construir um percurso que atendesse às questões que me fizeram iniciar esta pesquisa.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo geral analisar, no âmbito da sociabilidade capitalista no Brasil, o funcionamento ideológico da branquitude, oferecendo subsídios para a compreensão do racismo na formação e atuação em saúde. A dissertação se organiza em dois capítulos. No primeiro, discutimos as definições de branquitude com vistas a, em linhas gerais, definir o conceito na literatura à luz da formação social brasileira, assim como pontuar seus efeitos no campo da saúde no Brasil. No segundo, apresentamos a abordagem acerca da relação entre branquitude, capitalismo periférico e ideologia na reprodução do racismo estrutural, explorando a hipótese do funcionamento ideológico da branquitude como central na luta de classes no Brasil. Compreendemos a ideologia como um fenômeno objetivo e subjetivo, produzido pelas condições materiais de existência dos sujeitos, sendo mediada, no capitalismo, por processos contraditórios, e tendo como objetivo a reprodução e legitimação da sociedade de classes. Neste sentido, a ideologia da branquitude possui características próprias, como a naturalização das relações raciais desiguais; a universalização de seus traços fenotípicos; a legitimação da superioridade racial branca na sociedade de classes; a racionalização da manutenção privilégios materiais e simbólicos da branquitude; o traço de orientação para as práticas sociais concretas pelos sujeitos; e, por fim, a unificação da sociedade capitalista em torno de crenças e valores racistas. Discutimos também, neste segundo capítulo, que a branquitude enquanto ideologia emerge do próprio desenvolvimento capitalista mundial. A pesquisa nos indica, como conclusão, que a branquitude se constitui como parte da ideologia do capitalismo e, por meio do racismo, se organiza, em termos políticos, na legitimação e reprodução da superexploração da classe trabalhadora no Brasil, particularmente, mas não só, da parcela negra e indígena. Além disso, a ideologia da branquitude tem relação direta com o processo saúde-doença-cuidado da classe trabalhadora, exigindo a problematização das práticas e dos processos de trabalho nos serviços de saúde em uma dimensão anti-ideológica. A dissertação almeja, em última instância, buscar contribuir para uma crítica à ideologia da branquitude enquanto produto do capitalismo e uma das bases do racismo, além de demonstrar a centralidade desta crítica para a superação da dominação de raça e classe exercida pelo capital.

Palavras-chave: Branquitude; Racismo; Ideologia; Capitalismo; Saúde.

ABSTRACT

The general objective of the research is to analyze, within the scope of capitalist sociability in Brazil, the ideological functioning of whiteness, offering subsidies for the understanding of racism in the formation and performance in health. The dissertation is organized in two chapters. In the first, we discuss the definitions of whiteness with a view to, in general terms, defining the concept in the literature in the light of Brazilian social formation, as well as punctuating its effects in the field of health in Brazil. In the second, we present an approach about the relationship between whiteness, peripheral capitalism and ideology in the reproduction of structural racism, exploring the hypothesis of the ideological functioning of whiteness as central to the class struggle in Brazil. We understand ideology as an objective and subjective phenomenon, produced by the material conditions of existence of the subjects, being mediated, in capitalism, by contradictory processes, and having as objective the reproduction and legitimation of class society. In this sense, the ideology of whiteness has its own characteristics, such as the naturalization of unequal racial relations; the universalization of its phenotypic traits; the legitimation of white racial superiority in class society; the rationalization of maintaining material and symbolic privileges of whiteness; the trait of orientation for the concrete social practices by the subjects; and, finally, the unification of capitalist society around racist beliefs and values. We also discuss, in this second chapter, that whiteness as an ideology emerges from world capitalist development itself. The research indicates, as a conclusion, that whiteness is constituted as part of the ideology of capitalism and, through racism, is organized, in political terms, in the legitimation and reproduction of the superexploitation of the working class in Brazil, particularly, but not only, of the black and indigenous portion. In addition, the ideology of whiteness is directly related to the health-disease-care process of the working class, requiring the questioning of practices and work processes in health services in an anti-ideological dimension. The dissertation aims, ultimately, to seek to contribute to a critique of the ideology of whiteness as a product of capitalism and one of the bases of racism, in addition to demonstrating the centrality of this critique for overcoming the domination of race and class exercised by capital.

Key words: Whiteness; Racism; Ideology; Capitalism; Health.

SUMÁRIO

Introdução	9
CAPÍTULO 1: A BRANQUITUDE NO BRASIL	12
1.1 Definições de Branquitude e a Sociabilidade Brasileira	12
1.2 Elementos da Branquitude na Formação e Atuação em Saúde.....	18
CAPÍTULO 2: BRANQUITUDE, CAPITALISMO E IDEOLOGIA.....	25
2.1 Raça e Trabalho no Capitalismo Periférico Brasileiro.....	25
2.2 Dimensões da Ideologia.....	35
2.3 Racismo e Ideologia.....	45
2.4 Funcionamento Ideológico da Branquitude.....	58
Considerações Finais	68
Referências	74
ANEXO.....	79

Introdução

A partir da experiência como trabalhadora no Sistema Único de Saúde (SUS) como Assistente Social, a partir do Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo uma mulher branca, foi possível identificar alguns atravessamentos da precarização na formação e na atuação em saúde. Essa precarização, aliada à ideologia da branquitude, implicou em algumas cenas vivenciadas durante a residência. Nessa experiência, foi possível perceber, por exemplo, que crianças e adolescentes negras e negros com sofrimentos psíquicos graves e persistentes recebiam um cuidado em um serviço de saúde que desconsiderava os sofrimentos psíquicos oriundos das condições objetivas e subjetivas determinadas pelo racismo, as quais apenas crianças não brancas historicamente sofrem. Assim, após questionamentos e discussões coletivas, surgiu em mim a necessidade de refletir de forma mais profunda sobre o racismo e, mais especificamente, sobre a branquitude enquanto parte da ideologia burguesa.

Diante disso, o presente trabalho se constitui em um esforço para, por meio de pesquisa acadêmica, compreender o funcionamento ideológico da branquitude na reprodução do racismo no capitalismo periférico brasileiro. Dentro desta vasta questão, buscamos explorar especialmente os elementos da branquitude presentes no campo da saúde, particularmente na saúde mental, ainda que não seja uma pesquisa voltada estritamente sobre a branquitude nestes campos.

Visando ser parte do conjunto de estudos críticos que contribuem para a compreensão das relações étnico-raciais no país e, sobretudo, para a superação do racismo em nossa sociedade, este trabalho se baseia na compreensão da discriminação sistemática com base na raça como fenômeno inerente à sociabilidade capitalista, logo, estruturante das relações econômico-sociais e ideológicas no Brasil. Tendo em vista que este país é composto por uma população de maioria não branca, sendo 43,0% brancos e 47,0% pardos e 9,1% pretos (IBGE, 2021).

Na direção de compreender essas relações e romper com a naturalização do conceito de raça, Almeida (2021, p.25), afirma que este conceito surge na história da classificação de seres humanos por volta do século XVI, a partir da relação econômica e política estabelecida pela modernidade e pelo capitalismo. Para o autor, o conceito é relacional e histórico, envolvendo conflito, poder e decisão. Almeida (2021) nos lembra ainda que as condições de ser negro e ser branco dependem de circunstâncias históricas,

políticas e regionais, sendo estas experiências distintas, de acordo com a formação cultural, político-institucional e econômica de cada país e continente. Posto que nesta sociedade, marcada pela desigualdade racial, o racismo é processo produtor de subjetividades. Ele molda o inconsciente dos sujeitos de acordo com as práticas sociais que normalizam essa desigualdade (ALMEIDA, 2021).

Assim, compreendemos que a ideologia do racismo foi e ainda é essencial para a manutenção do capitalismo enquanto sistema econômico e social que se reproduz a partir da exploração dos trabalhadores, e, no Brasil, em especial o segmento de mulheres trabalhadoras negras e indígenas. Autores como Rodrigues compreendem que:

A ideologia racista, que entrou pelos olhos, boca, ouvidos e emoções dentro, reconfigurando consciências, passa a atuar na vida concreta, passa também a determinar o movimento do real, ainda que sem deixar de ser determinada. Por isso, o estudo da questão racial é também central para a compreensão do movimento do real, pois as questões econômicas explicam a base, mas não a totalidade do processo, que passou a ser também racial (RODRIGUES, 2022, p.155).

Portanto, ao invés de considerarmos um processo de mão única, podemos analisar a complexidade da vida social a partir da ideia que o movimento do real, da vida concreta, é também determinado pelo racismo e, ao mesmo tempo, o determina, em uma relação dialética entre base material e ideologia. Por conseguinte, para analisar a relação entre racismo e ideologia é preciso considerar a totalidade do processo de produção e reprodução do capital, suas contradições e mediações. A formação do mercado de trabalho sob o capitalismo dependente brasileiro se dá a partir de um contexto de extrema desigualdade racial e superexploração da classe trabalhadora brasileira, particularmente a parcela negra, indígena e não branca, em um processo social articulado.

Sendo o racismo, assim, um sistema que se estrutura a partir de relações materiais e ideológicas no modo de produção capitalista, tem-se, na estruturação do ideal de humanidade a ser alcançado por meio do ser branco, a ideologia da branquitude como uma das protagonistas da manutenção das desigualdades raciais (SCHUCMAN, 2020, p. 157). A ideologia da branquitude afeta a todos, pois a sociedade contemporânea se baseia em um universal branco, ancorada na ideia de superioridade e pureza racial, que hierarquiza silenciosamente a atribuição de *status* social, de acordo com a aproximação com o modelo ideal de brancura (SCHUCMAN, 2020, p. 157). Nas palavras de Schucman:

Assim, esse ideal de branco, internalizado por todos aqueles com diferentes “graus” de branquitude, opera para favorecer os mais fenotipicamente “brancos” em detrimento dos “menos brancos” em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoava do que esse sistema generalizado de atribuição de *status* define como belo, desejável ou admirável. (SCHUCMAN, 2020, p. 157)

A hierarquização dos diferentes “graus” de branquitude será parte do funcionamento ideológico da branquitude na manutenção do racismo, em um país cujo contexto de miscigenação se tornou central para a elite brasileira que desejava um país branco, espelhado no continente europeu.

Seguindo nesta linha, os estudos sobre branquitude da professora Maria Aparecida Silva Bento foram pioneiros no Brasil e trouxeram à tona o “pacto narcísico” existente entre brancos, estruturado na negação do racismo e na desresponsabilização pela sua manutenção (BENTO, 2002, p.07). Nesse sentido, este trabalho busca responder qual o funcionamento ideológico da branquitude na reprodução e manutenção do racismo no Brasil, considerando os campos da saúde; e qual a relação entre a branquitude e a superexploração da classe trabalhadora brasileira, especialmente a parcela negra e indígena.

Assim sendo, esta dissertação tem como objetivo geral: analisar, no âmbito da sociabilidade capitalista no Brasil, o funcionamento ideológico da branquitude, oferecendo subsídios para a compreensão da reprodução do racismo na formação e atuação em saúde. E como objetivos específicos: a) revisar a literatura brasileira sobre a conceituação de branquitude; b) caracterizar o conceito de branquitude como ideologia, considerando a formação social brasileira e sua relação com o capitalismo; e c) tecer considerações sobre a literatura na área de branquitude saúde no Brasil.

Esta dissertação se organiza em dois capítulos. O primeiro trata de uma contextualização das definições de branquitude na sociabilidade brasileira e do debate acerca do papel do grupo social branco na manutenção e reprodução do racismo no Brasil, em especial no contexto da saúde e da educação; o segundo discute o racismo no contexto do capitalismo periférico brasileiro e as definições de ideologia, bem como o funcionamento ideológico da branquitude.

CAPÍTULO 1: A BRANQUITUDE NO BRASIL

1.1 Definições de Branquitude e a Sociabilidade Brasileira

Ao iniciarmos a discussão neste trabalho sobre definições de branquitude e a sociabilidade brasileira, tomamos como ponto de referência alguns dos destacados estudos anteriores sobre o tema no Brasil. Antes disso, é preciso fazer uma breve consideração sobre a origem dos estudos da branquitude globalmente. Iniciados nos Estados Unidos da América (EUA) nos anos 1990, os estudos críticos da branquitude foram importantes formulações de ativistas e pesquisadoras/es negras/os na luta contra o racismo:

A análise da branquitude é entendida como parte do mais amplo debate político e científico sobre o racismo, em que um papel fundamental foi desenvolvido por ativistas e estudiosos/estudiosas negros/negras ao revelarem a necessidade de interrogar a posição dos que são classificados como brancos enquanto elemento nodal na reprodução do racismo. Em sua experiência de luta contra o sexismo e o racismo, as feministas negras americanas estiveram entre as primeiras a individualizar a branquitude como condição social, cujas características devem ser analisadas (COROSSACZ, 2017, p. 197)

Ou seja, as discussões sobre a branquitude como condição social foram impulsionadas pelas feministas negras estadunidenses e suas lutas contra o racismo e sexismo, sendo um avanço importante para a compreensão da reprodução do racismo no mundo todo.

No Brasil, os estudos sobre branquitude da professora Maria Aparecida Silva Bento foram uns dos primeiros a terem maior visibilidade acadêmica. A partir de seus trabalhos surge o termo “pacto narcísico da branquitude”, utilizado para explicar a pactuação que existe entre pessoas brancas, que se estrutura na negação do racismo e na desresponsabilização pela sua manutenção (BENTO, 2002, p.07). Dada sua centralidade para os temas pontuados neste item, voltaremos ao trabalho de Bento mais adiante.

Dentre os autores que se seguiram, destaca-se a contribuição do professor Lourenço Cardoso. Este autor produziu estudos sobre pesquisadores brancos que possuem o negro como objeto de pesquisa (CARDOSO, 2020), bem como propôs os conceitos e a distinção entre “branquitude crítica” e “branquitude acrítica”, situando a importância de compreender essas diferenciações na análise do crescimento e fortalecimento de grupos supremacistas brancos (CARDOSO, 2010). Sendo a primeira

definição relativa ao grupo branco que desaprova o racismo e a segunda ao grupo que propaga a crença da superioridade racial.

Para discutirmos sobre como o modelo ideal de brancura ganhou força no Brasil, compreendemos que, após a abolição da escravidão negra no país, o projeto de desenvolvimento nacional colocado em prática pelo Estado envolvia um apagamento social de negros e indígenas, por meio de um embranquecimento da população. O professor Kabengele Munanga (2020) pontua o período do fim do sistema escravista e a necessidade da elite brasileira encontrar formas de embranquecer o Brasil. Segundo o professor Munanga, neste período, havia uma preocupação com a suposta influência negativa da herança inferior do negro na construção da identidade étnica do país (MUNANGA, 2020, p.54). Neste sentido destaca:

A pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite, uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca; daí por que a raça se tornou o eixo do grande debate nacional que se travava a partir do fim do século XIX e que repercutiu até meados do século XX. (MUNANGA, 2020, p. 54)

Assim, o debate em torno da raça se tornou central para a elite brasileira que desejava um país branco, espelhado no continente europeu. O projeto de embranquecimento nacional, influenciado pelas ideias racistas das teses eugenistas das três raças (darwinismo social), via na miscigenação a responsabilidade por uma suposta degeneração nacional, que só poderia ser “limpa” pelo embranquecimento (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018). Sobre a categoria da mestiçagem no Brasil, Munanga refere ainda que:

[...] A noção de mestiçagem, cujo uso é ao mesmo tempo científico e popular, está saturada de ideologia. [...] Os recenseamentos demográficos oficiais contabilizam somente brancos e negros, o que mostra que as categorias “branco” e “negro” não são apenas biológicas, mas também sociopolíticas. [...] oriunda do cruzamento entre as três raças (branca, negra e índia) [...] desse processo de mestiçagem, do qual resultará a dissolução da diversidade racial e cultural e a homogeneização da sociedade brasileira, dar-se-ia a predominância biológica e cultural branca e o desaparecimento dos elementos não brancos. (MUNANGA, 2020, p. 24)

Para Munanga, a noção de mestiçagem está carregada de ideologia, assim como as construções das categorias “branco” e “negro” são sociopolíticas e não apenas biológicas. Embora não seja nosso propósito neste capítulo pautar o tratamento da noção

de ideologia, cabe apontar aqui como raça, mestiçagem e branquitude exigem uma consideração desta noção.

Retomando nosso objeto neste capítulo, o processo de mestiçagem, para a elite branca brasileira, deveria ser uma transição para um país totalmente branco. O desaparecimento da diversidade racial e cultural no Brasil fez parte do projeto político racista de embranquecimento nacional. O professor Munanga trouxe, portanto, para o debate da mestiçagem no Brasil importantes elementos, como por exemplo a “(...) política de dividir para melhor dominar (..)” (MUNANGA, 2020, p.70) efetuada desde a era colonial pela branquitude contra pardos e negros e, dentro desta política, a noção de “mulato” inferior (resultado do cruzamento do branco com o negro do tipo inferior) e “mulato” superior (resultado do cruzamento entre branco e negro do tipo superior)¹. Para o autor:

Do nosso ponto de vista, não resta dúvida de que esses mecanismos seletivos quebraram a unidade entre os próprios mulatos, dificultando a formação da identidade comum do seu bloco, já dividido entre os disfarçáveis (mais claros) e os indisfarçáveis (mais escuros) e o resto dos visivelmente negros (MUNANGA, 2020, p.72)

Essas definições estão colocadas sob a proximidade ou distanciamento do ideal de brancura e servem para a manutenção da hegemonia ideológica da branquitude. Sobre o ideal de brancura, Schucman refere ainda que este:

(...) opera para favorecer os mais fenotipicamente “brancos” em detrimento dos “menos brancos” em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoa do que esse sistema generalizado de atribuição de *status* define como belo, desejável ou admirável (SCHUCMAN, 2020, p. 157).

Neste sentido, a branquitude, segundo Schucman (2020, p. 51) é “um constructo ideológico de poder, em que os brancos tomam sua identidade racial como norma e padrão, e dessa forma outros grupos aparecem ora como margem, ora como desviantes, ora como inferiores”. Cabe observar, também em Schucman, como a branquitude se

¹ Essa discussão nos leva ao conceito de colorismo que, devido ao recorte deste trabalho, não será aprofundado, mas uma discussão do tema pode ser encontrada no livro *Colorismo* - Alessandra Devulsky. São Paulo: Jandaíra, 2021. 208 p. - (Feminismos Plurais/ Coordenação Djamilia Ribeiro)

define como uma ideologia. A autora enfatiza as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram desde o colonialismo e destaca que:

(...) pensar o poder da identidade racial branca dessa maneira também tem o intuito de reiterar o olhar que aponta o racismo para cada sujeito em particular e redirecioná-lo para o entendimento de estruturas de poder sociais com as particularidades de cada sociedade em questão (SCHUCMAN 2020, p. 60)

Ou seja, é necessário que os sujeitos brancos compreendam as estruturas de poder que os beneficiam em algum nível e que sustentam ideologicamente o racismo e se responsabilizem tanto individualmente quanto coletivamente pelo racismo. Em razão disso, Schucman destaca oito pontos característicos da branquitude globalmente e entre esses pontos, três deles em particular podem ser considerados fundamentais para compreender a branquitude brasileira: a) ao ser produto histórico e relacional, a branquitude não tem significado intrínseco, mas sim camadas complexas que variam localmente; b) em diferentes épocas e lugares, alguns tipos de branquitude marcam fronteiras dentro da própria categoria; c) a branquitude é atravessada por uma gama de outros eixos de privilégios ou subordinação relativos que modulam ou modificam o privilégio racial de pessoas brancas. (SCHUCMAN, 2020, p.73). O contexto subjetivo de classe e gênero vivenciado pelas pessoas brancas também moldará a forma como essa pessoa vivenciará a identidade racial branca. Nessa linha, Schucman (2020, p.185), compreende também que:

Como apontado na literatura sobre o tema, a branquitude se refere a um lugar de poder, de vantagem sistêmica nas sociedades estruturadas pela dominação racial. Esse lugar é, na maioria das vezes, ocupado por sujeitos considerados brancos. No entanto, a autoinclusão na categoria 'branco' é uma questão controversa e pode diferir entre os sujeitos, dependendo do lugar e do contexto histórico. Portanto, é importante perceber que brancura difere de branquitude. A brancura diz respeito às características fenotípicas que se referem à cor da pele clara, traços finos e cabelos lisos de sujeitos que, na maioria dos casos, são europeus ou eurodescendentes. Posto isso, é importante pensar que os sujeitos brancos não têm em sua essência uma identificação com a branquitude, mas, sim, processos psicossociais de identificação (SCHUCMAN, 2020, p.185).

Os processos psicossociais de identificação dos sujeitos brancos com a branquitude se dão mediados por meio de instituições como família, escola, mídia etc, e diferenciam-se dependendo do contexto sócio-histórico em que ocorrem. Essa

identificação irá formar sujeitos que naturalizam a sua estética, por exemplo, como ideal de beleza. Nesse sentido:

Assim, esse ideal de branco, internalizado por todos aqueles com diferentes 'graus' de brancura, opera para favorecer os mais fenotipicamente 'brancos' em detrimento dos 'menos brancos' em diferentes planos das relações sociais, ou seja, quanto mais alguém se parece com um negro ou indígena, mais sua imagem destoia do que esse sistema generalizado de atribuição de *status* define como belo, desejável ou admirável (SCHUCMAN, 2020, p. 157).

Ou seja, há níveis de brancura na identificação psicossocial com os elementos da branquitude. Em sua pesquisa, Schucman mostrou que os brancos que são considerados "mais brancos" ou "branquíssimos" são aqueles que, além de brancos, possuem um poder econômico que os faz se distanciar dos "brancos intermediários" e se afastar socialmente mais ainda dos não brancos. A autora compreende que os sujeitos brancos são subjetivados pela ideologia do branqueamento, a partir de uma posição de privilégios materiais e simbólicos, gerados pelo colonialismo e imperialismo. Neste sentido, o branco pobre lembra à branquitude que o poder e o dinheiro não são coisas intrínseca à pele branca e isso confronta ideologicamente a crença de superioridade. Dessa forma, Schucman refere que:

(...) ao falar de identidade racial branca, entendemos que ela se constrói a partir de movimentos dialéticos que articulam semelhanças e diferenças, permanência e transformação, raízes e opções (Sousa Santos, 1995). Sob essa ótica, o conceito se apropria da noção de diferença e o incorpora à sua interioridade: identidade é semelhança e diferença ao mesmo tempo. Ou seja, ela se constrói como semelhante em oposição à diferença de outros grupos (SCHUCMAN, 2020, p.149).

A partir da citação, podemos afirmar que pessoas brancas se veem como iguais a partir do contato com o diferente, com quem é não branco. Em vista disso, Schucman (2020, p. 142) reflete ainda que há uma "(...) sensação de que a branquitude é revelada ao lado dos negros é um dos pontos que caracterizam a branquitude, pois, segundo Piza (1998), ela 'é consciente para as pessoas negras'(...)".

Logo, sendo a branquitude consciente para pessoas negras, Bento (2002) defende que esta é um lugar de privilégios raciais, econômicos e políticos, em que a racialidade não é nomeada, mas carrega valores, experiências e identificações afetivas. A autora

descreve um depoimento de uma mulher branca, em que a mesma refere sempre ter pensado sobre o racismo como uma opressão que causava desvantagem em uma parcela da população, mas nunca sobre o aspecto dos resultados vantajosos de privilégios e dominância para o seu grupo racial (BENTO, 2002, p.43). Desse modo, a ideologia da branquitude coloca os sujeitos brancos em um lugar de normatividade na estrutura social racializada.

Bento (2002) conclui também que, para uma melhor compreensão sobre a branquitude e branqueamento no Brasil, é necessário relacionar esse processo a uma “projeção do branco sobre o negro, nascida do medo, cercada de silêncio, fiel guardião dos privilégios.” (BENTO, 2002, p. 20). E que compreender (...) o *branqueamento versus perda de identidade* é fundamental para o avanço na luta por uma sociedade mais igualitária (...) (BENTO, 2002, p. 55).

Por fim, Silva (2017, p. 26), destaca que não é tarefa simples definir o conceito de branquitude dada a sua complexidade. Contudo, para a autora, branquitude é a identidade racial do branco baseada na construção ideológica de poder que nasceu no contexto do projeto moderno de colonização europeia, destacando, assim como os demais autores, a ideologia como central à análise do tema. Segundo a autora, a branquitude:

(...) apresenta-se como norma, ao mesmo tempo em que como identidade neutra, tendo a prerrogativa de fazer-se presente na consciência de seu portador, quando é conveniente, isto é, quando o que está em jogo é a perda de vantagens e privilégios. Embora sejam esses os traços gerais desse conceito, adverte-se que ele não é homogêneo, podendo receber novas conformações. (...) a branquitude no Brasil, assim como em outros contextos nacionais, não pode ser entendida como um padrão único visto a especificidade de nossa história nacional e, sobretudo, como as ideias sobre raça compuseram essa história (SILVA, 2017, p.27-8).

Para pessoas brancas, não é necessário que a branquitude seja mencionada, a não ser que lhes convenha, pois é uma identidade neutra. Neste sentido, a força ideológica da branquitude e do racismo está calcada no imaginário social como natural e universal permeando todos os campos da vida social. Portanto, no próximo item deste capítulo vamos destacar alguns dos elementos da branquitude em um desses campos, o da formação e atuação em saúde.

1.2 Elementos da Branquitude na Formação e Atuação em Saúde

Para pensar os desdobramentos racistas do projeto de embranquecimento nacional no campo da formação e atuação em saúde no Brasil, recorre-se ao conceito de saúde compreendendo este como “(...) resultante das condições de habitação, alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso a serviços de saúde” (MATTA; MOROSINI, 2012, p.41). O conceito, neste sentido, não se refere apenas à ausência de doenças, estando intimamente ligado aos determinantes sociais do processo saúde-doença-cuidado. Assim, as iniquidades em saúde são resultado de injustos processos socioeconômicos e culturais - destacando-se o racismo - que contribuem para a morbimortalidade das populações negras brasileiras (BRASIL, 2017). Essas iniquidades em saúde se referem a um conjunto de atravessamentos no qual a ideologia da branquitude (que será tratada no próximo capítulo) se insere, pois esta produz o racismo, fator de adoecimento e/ou agravamento das condições de saúde da classe trabalhadora negra e indígena neste país.

O processo saúde-doença-cuidado na saúde e, particularmente na saúde mental, terá contornos da relação com a branquitude e com o racismo, pois os enredos históricos e contemporâneos das relações étnico-raciais e do racismo à brasileira incidirá em uma tripla condição para usuários dos serviços de saúde, quando estes forem pretos, pobres e loucos (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018). Há uma necessidade de romper com o pacto racista, presente em todas as estruturas sociais vigentes, pois as marcas da branquitude e do racismo na história de vida de usuários e profissionais do campo da saúde mental brasileira são profundamente cruéis (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018). Para isso é necessário se pensar também nas práticas cotidianas dos espaços de cuidado em saúde e demais locais de acolhimento às pessoas em vulnerabilidades decorrentes dos atravessamentos da branquitude e do racismo (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018).

Também é relevante observar que, numa pesquisa mais ampla, para pensar o contexto em que a branquitude se desenvolve no campo da saúde, seria necessário considerar o aprofundamento da retirada de direitos da classe trabalhadora e a diminuição de investimento nas políticas públicas ocorridas nos últimos seis anos no Brasil. A individualização do trabalho em saúde, a alta rotatividade dos profissionais de saúde em um mesmo serviço, sofrimentos psíquicos destes profissionais devido às inseguranças e

instabilidades das condições de trabalho, entre outras formas de precarização, tornou-se uma constante no trabalho no SUS. Assim, para Souza:

A precarização do trabalho situa-se no bojo das recentes transformações do capitalismo, embora não possa ser tomada como fenômeno novo. Na verdade, constitui-se como elemento estrutural do modo de produção capitalista, uma vez que coaduna elementos econômicos, sociais, políticos e jurídicos que ratificam a exploração do trabalho e equalizam a questão do desemprego estrutural, muitas vezes mistificando-o (SOUZA, 2021, p.02)

Ou seja, a realidade da precarização do trabalho é a resposta do capitalismo como saída para suas crises. Essa realidade se agrava nos últimos anos pelo contexto de contrarreforma da previdência e trabalhista e pela pandemia de COVID-19, que “(...) acentuou o curso das tensões do modo de produção capitalista, atuando como uma espécie de ‘lupa’ sobre suas contradições e idiosincrasias (...)” (SOUZA, 2021, p.12). Implicando assim cada vez mais na capacidade dos serviços de saúde atuarem articulando os processos de saúde-doença-cuidado, nos quais estão presentes os sofrimentos e adoecimentos produzidos pela ideologia da branquitude a partir do racismo.

Por consequência, em particular no campo da saúde mental, o desmonte da Política Nacional de Saúde Mental, aprofundado nos últimos quatro anos, cujo governo foi do ex-presidente Jair Bolsonaro, fez com que as trabalhadoras/os da saúde mental comprometidas/os com a Luta Antimanicomial se deparassem com poucas condições institucionais para defesa de um cuidado numa perspectiva de cuidado ampliado em saúde:

O campo da atenção psicossocial no Brasil vive atualmente uma crise sem precedentes na história da reforma psiquiátrica. Por mais de trinta anos, o modelo de cuidado em saúde mental, pautado na liberdade, respeito e autonomia das pessoas com transtornos mentais, avançou lenta, porém ininterruptamente. A rede de serviços de base comunitária, o orçamento para estes serviços e sua proporção com o custo dos hospitais psiquiátricos, cresceram em cada um destes anos. Desde 2016, no entanto, pela primeira vez, vemos um ‘processo acelerado de desmonte dos avanços alcançados pela reforma psiquiátrica’ (Delgado, 2019a) (CRUZ; GONÇALVES; DELGADO, 2020, p.02)

O desmonte das políticas sociais é um ataque à classe trabalhadora tanto no que diz respeito ao acesso a serviços de qualidade, por parte de toda a população, quanto aos processos de trabalho e de formação profissional que se precarizam, diminuindo também a capacidade organizativa, enquanto classe, para lutar contra esses ataques. Nessa mesma direção, as políticas educacionais e de formação profissional em saúde foram

mercantilizadas pelo capital, esvaziando-se cada vez mais o sentido da educação como prática emancipatória e exigindo dos profissionais de saúde competências individuais para lidar com questões sociais complexas como o racismo e a branquitude. Assim, diante dessas condições discutir processos de trabalho considerando a branquitude como uma ideologia que produz racismo e, portanto, adoecimento, tornou-se um desafio ainda maior.

É preciso considerar que o racismo afeta as condições de vida e de saúde das populações não brancas em todo o mundo, mas no Brasil esse quadro se agrava quando se trata das questões de saúde mental. Durante os anos de 2012 à 2016, a cada dez suicídios ocorridos na faixa etária de 10 a 29 anos no país, aproximadamente seis eram jovens negros (BRASIL, 2018).

Um estudo do Centro de Desenvolvimento Infantil da Universidade de Harvard (EUA), publicado pela BBC News Brasil, traça paralelos entre a realidade norte-americana e a brasileira com relação aos efeitos do racismo na saúde mental, identificando efeitos indiretos em crianças negras e seus cuidadores, também negros. Um dos efeitos é a possibilidade de crianças negras nascerem de partos prematuros ou com menor peso do que crianças brancas, além de terem mais chances de adoecer ao longo da vida por sofrimentos psíquicos (IDOETA, 2020).

Os estudos sobre racismo no campo da saúde pública são ainda relativamente restritos, mesmo tratando de importantes discussões, necessárias para um trabalho comprometido com os princípios doutrinários do SUS de universalidade, equidade e integralidade. No campo da saúde mental, estudos indicam que “(...) a relação entre raça e saúde mental especificamente é tema que ficou esquecido no pensamento brasileiro, muito provavelmente como consequência do mito da democracia racial brasileira” (DAMASCENO; ZANELLO, 2018 p. 453). Desse modo, as autoras concluem que:

A partir da leitura dos dezenove artigos pode-se depreender o seguinte: 1. É incipiente a pesquisa em relações étnico-raciais e saúde mental no Brasil. [...] 3. As teorias raciais, a eugenia e o racismo científico ainda têm forte rastro sobre a Psicologia e a psiquiatria brasileiras, refletidas no desempenho de funções sociais e políticas. [...] 5. A depressão é um dos efeitos mais pronunciados das experiências de discriminação racial sobre a saúde mental da população negra. [...] O cenário das pesquisas apresentadas aponta, portanto, a necessidade urgente de ênfase investigativa, na agenda da Psicologia clínica, dos impactos do racismo na saúde mental de pessoas negras, vistos de uma perspectiva dual, qual seja, tanto a vivência diária do racismo como estressor e causador de sofrimento, quanto o racismo invisível dos serviços de saúde mental, que primariamente deveriam acolher a pessoa alvo do racismo [...] (DAMASCENO; ZANELLO, 2018. p.460)

Considerando que, ao nos referirmos em cuidado em saúde mental no Brasil, estamos falando de atendimento para uma população de maioria não branca, sendo 43,0% brancos e 47,0% pardos e 9,1% pretos (IBGE, 2021), é necessário que o racismo e a branquitude sejam tratados como determinantes no processo saúde-doença-cuidado. Assim sendo, para Silva (2004) pessoas negras estão no centro de uma complexa dinâmica de sofrimento oriundo do racismo, vivendo em constante estado de tensão emocional, sentindo angústia e ansiedade e sofrendo com diversos transtornos físicos e psíquicos. Segundo a autora atitudes racistas são incorporadas às estruturas sociais, gerando conflito nas relações interraciais e no acesso e nos tratamentos desiguais em diferentes equipamentos do Estado, impactando perversamente a dinâmica psíquica de pessoas negras. Sabe-se que crianças e adolescentes negras que residem em periferias, por exemplo, têm uma vivência de infância em que são obrigadas a conviver, tanto com a violência da negligência estatal em relação aos seus direitos mais básicos, quanto com a violência da guerra às drogas que, na verdade, é uma guerra para manutenção da hierarquia racial (FERRUGEM, 2019).

Em razão disso, concorda-se com Oliveira (2020) quando este refere que é um desafio pensar a formação de profissionais de saúde em um contexto no qual o bem-estar humano pleno é atravessado por inúmeras desigualdades, produzidas por esse modo de vida que adoce e mata e que, no entanto, é invisibilizado pela branquitude. Diante de uma lógica de formação em saúde voltada para as necessidades do capital, é possível apontar que há dificuldades na leitura e intervenção na realidade a partir desse tipo de formação, os quais se relacionam diretamente ao princípio de equidade do SUS, tendo em vista que:

Após a formação o (a) profissional se depara com a angústia de lidar com assuntos que não foram discutidos na graduação. Há um estranhamento e/ou rejeição quando o paciente traz a pauta racial, uma posição não crítica e descontextualizada diante da realidade social. (ESTÁCIO; SILVA, HENRIQUES, 2020, p.03)

Mesmo diante dessas dificuldades, no campo da política de saúde no Brasil, Damasceno e Zanello (2018) salientam que os movimentos sociais conquistaram políticas inclusivas como a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, aprovada em

2006 e inserida no SUS, sendo reconhecida, desde então, pelo Ministério da Saúde, a existência do racismo institucional e das desigualdades étnico-raciais.

Analisando, de forma preliminar, as produções acadêmicas em saúde, verifica-se que o campo da saúde mental apresenta um conjunto significativo de estudos sobre o racismo, possivelmente devido ao impacto direto desta opressão nas condições psicossociais de pessoas não brancas, como já destacado. Ainda assim, Rocha, Torrenté e Coelho (2018) argumentam que, mesmo com o aumento na produção acadêmica de cunho étnico-racial no campo da Saúde Coletiva, percebe-se pouca expressividade sobre o racismo nos estudos em saúde. As autoras discutem o racismo à brasileira, que dá contornos ao sofrimento psíquico de base étnico-racial no Brasil e que produz um sujeito que terá uma tripla condição: preta/o, pobre e doida/o, vivenciando um duplo silenciamento pelo racismo e pela loucura². Defendem ainda que “não é possível discutir Saúde Mental sem problematizar quais práticas e ideologias embasam as ações e o percurso sócio-histórico de conformação das relações sociais” (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p. 53). Para as autoras, a busca incessante e inalcançável do embranquecimento se torna motivo de angústia e ansiedade para pessoas negras, sendo um enfrentamento solitário e doloroso ao qual estas pessoas são obrigadas ante ao racismo cotidiano. Assim, as autoras salientam que o fortalecimento da negritude como um resgate de identidade e de autoaceitação permeia o processo de construção de outra realidade possível.

Na direção de identificar os eixos de abordagem da branquitude na saúde foram levantadas produções acadêmicas sobre o tema no Brasil, e a partir de revisão narrativa, buscou-se compreender quais discussões estão sendo feitas no âmbito da formação em saúde. A revisão narrativa trata-se de uma metodologia que permite estabelecer relações com produções anteriores sobre a temática, apontando novas perspectivas e contribuindo para a consolidação de uma área de conhecimento e de práticas pedagógicas na formação

² Além disso, é importante ressaltar a opressão de gênero como um determinante nas condições de vida e de saúde mental de mulheres, especialmente negras e indígenas, entretanto, essa opressão não será tratada neste trabalho, devido ao recorte proposto na pesquisa. Para um aprofundamento dessa discussão na realidade brasileira, indica-se a leitura do artigo de **DIMENSTEIN, M; BELARMINO, V. H; MARTINS, M; DANTAS, C; MACEDO, J. P; LEITE, J. F; ALVES FILHO, A.** (2020) Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Natal, v. 12, n. 1, p. 205-229, 19 ago. Semestral. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Disponível em: [\(PDF\) Desigualdades, racismos e saúde mental em uma comunidade quilombola rural \(researchgate.net\)](#).

de profissionais (ELIAS et al, 2012). Segundo Mazzotti (2002) a revisão narrativa apresenta dois propósitos: a) construção de uma contextualização para o problema e b) análise das possibilidades presentes nas literaturas encontradas para a concepção do referencial teórico da pesquisa.

Para o levantamento de produções acadêmicas sobre o tema, utilizou-se da plataforma SciELO - Brasil e Google Acadêmico. Utilizaram-se as palavras chaves: *Branquitude e Saúde e Branquitude e Saúde Mental*. A escolha dos trabalhos analisados deu-se a partir dos descritores encontrados ou no resumo ou ao longo do texto e também pela relevância da produção para os objetivos desta pesquisa de mestrado, sendo excluídas as produções que, apesar de entrarem nos critérios das palavras chaves, não possuíam relação próxima com a branquitude na atuação e formação em saúde. Eliminando as sobreposições, foram encontradas 8 produções no tema Branquitude e Saúde e 11 em Branquitude e Saúde Mental.

Sobre as produções encontradas a partir dos critérios metodológicos destacados neste trabalho, pode-se dizer que em relação à discussão de *branquitude e saúde*, os artigos encontrados tratam do parâmetro branco, tomado como universal na sociedade e os significados acerca da branquitude, bem como a omissão do lugar do sujeito branco na manutenção do racismo, caracterizando diversas manifestações do racismo à brasileira (AQUINO, 2021). Destaca-se a ênfase dada por algumas produções acerca da necessidade de que profissionais brancos da área da saúde reconheçam não só o sofrimento vivenciado por pessoas negras e não-brancas, mas também a sua própria identidade racial, tendo em vista que as marcas raciais podem interferir na prática profissional, uma vez que a branquitude é também exercício de poder e possui hierarquias dentro da própria categoria (MARIN; NUNES; CASSIANI, 2020; MEDEIROS; SILVA; SILVA; 2021; SANTANA; CASTELAR, 2015; MUNIZ, 2021).

Em relação à *branquitude e saúde mental*, alguns dos artigos encontrados trazem a perspectiva da importância de se considerar o racismo como produtor de sofrimento e adoecimento e a relevância do pensamento do psiquiatra Frantz Fanon para o campo da saúde mental brasileira (MAESO, 2022; FAUSTINO; OLIVEIRA, 2020). Um dos trabalhos encontrados na pesquisa expressa que há desafios e possibilidades para a formação em saúde articulando política de saúde da população negra e a educação das relações étnico-raciais no campo da psicologia (SILVA; OLIVEIRA, 2021). Há resultados que mostram o racismo nos serviços de saúde como tema ainda pouco debatido (SANTANA, 2017), assim como uma supervalorização das características físicas e da

cultura dita como branca em detrimento da negra, implicando em sofrimento para crianças negras (OLIVEIRA; RIBEIRO; RABELO; CUNHA; ALMEIDA; SOARES, 2021).

As pesquisas sobre branquitude e o campo da saúde no Brasil trazem importantes questionamentos e resultados para se discutir os impactos do racismo em profissionais e usuários do SUS, em especial na saúde mental. A necessidade do reconhecimento do papel dos sujeitos brancos/as nas desigualdades raciais no país, o rompimento com o pacto narcísico, de silêncio entre brancos sobre essas desigualdades e, sobretudo, ações antirracistas nas práticas profissionais nesse campo são algumas estratégias para o combate a essa opressão.

Ainda que esses estudos discutam o racismo como fenômeno social estrutural, se faz necessário situar as questões raciais e, particularmente, a branquitude, como componente da ideologia burguesa dentro da forma social capitalista, que tem suas raízes na exploração da força de trabalho negra, indígena e/ou não branca neste país, assim como discutir especificamente as particularidades de um país como o Brasil de capitalismo periférico, temas que serão tratados no próximo capítulo desta dissertação.

CAPÍTULO 2: BRANQUITUDE, CAPITALISMO E IDEOLOGIA

2.1 Raça e Trabalho no Capitalismo Periférico Brasileiro

Para a discussão do racismo na periferia do capitalismo, podemos partir da obra de Gonzalez (1988), que denuncia os efeitos do colonialismo, aliado ao imperialismo norte-americano, na consciência de negros e negras de todas as Américas. A autora aponta para o conceito de "amefricanidade" na construção da unificação de povos de experiência histórica em comum. Nas palavras da autora:

(...) Para além do seu carácter puramente geográfico, a categoria de *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afro-centrada, isto é, referenciada em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; e o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. (...) o termo *amefricanas/amefricanos* designa toda uma descendência: não só dos africanos trazidos pelo tráfico negreiro, como a daqueles que chegaram à AMÉRICA muito antes de Colombo. (...) Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: *o racismo*, essa elaboração fria e extrema do modelo Ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessa sociedade (GONZALEZ, 1988, p.76-77)

Para a autora, Amefricanidade é uma identidade traçada a partir da elaboração de referências culturais e de resistência de negros e negras de todas as américas, antes e depois do processo de colonização europeia, com base nas culturas dos povos tradicionais africanos. É possível compreender que a amefricanidade se institui a partir de uma crítica à ideologia do branqueamento, definida por Gonzalez no seguinte trecho:

O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças à sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento. Veiculada pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais, ela reproduz e perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais. Uma vez estabelecido, o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de "limpar o sangue", como se diz no Brasil) é internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 1988a) (GONZALEZ, 1988, p.73).

Ou seja, racismo é uma arma ideológica poderosa na manutenção da exploração de todas as pessoas negras na América Latina, pois, como Gonzalez nos aponta, ele fragmenta a identidade de negros e negras, destruindo sua autoestima a partir do desejo

de tornar-se branco. A análise do racismo e a sustentação da branquitude como ideologia enquanto categoria marxista será objeto dos próximos itens deste capítulo. Contudo, embora nosso objetivo neste item seja enfatizar a relação entre raça e trabalho situada histórica, política e geograficamente na obra de Gonzalez, não podemos deixar de situar a importância da ideologia na discussão da autora.

Em vista disso, Gonzalez (1988) identifica a necessidade de uma construção de identidade que possibilite uma luta em conjunto entre todos os negros e negras que sofrem com a opressão racial em toda as américas “(Sul, Central, Norte e Insular)” (GONZALEZ, 1988, p.76). Segundo a autora, embora separados por diferentes partes do continente, com culturas e sociedades específicas, o sistema de dominação racial é o mesmo em todos os casos: um modelo de explicação da realidade a partir do ser branco, que permeia todos os níveis de pensamento e diferentes instituições. Nesse sentido, a partir de Lélia Gonzalez, apontamos a perspectiva de que a luta antirracista é também uma luta contra o funcionamento específico do capitalismo periférico latino-americano, embora a autora se refira a todas as Américas quando traz o conceito de amefricanidade.

Ainda no âmbito do pensamento social brasileiro, a história das lutas contra a opressão de raça e de classe e seus impactos na formação do mercado de trabalho foi tratada pelos importantes intelectuais Clóvis Moura e Florestan Fernandes, os quais foram também fundamentais para a compreensão dos processos de exploração e desenvolvimento capitalista no país. Os sociólogos introduziram uma interpretação dialética da escravidão no Brasil e expuseram suas perspectivas sobre a luta de classes brasileira, chegando a importantes convergências e divergências (QUEIROZ, 2021).

Para Queiroz (2021, p. 261), ambos compreendiam a formação social brasileira tendo o negro não mais como simples objeto da história, mas, sim, como agente humano e elemento dinamizador da ordem social. Entretanto, há uma diferença de perspectivas entre os dois autores, conforme explicita Queiroz:

(...) para Florestan, o negro aparece como sujeito na perspectiva do agente econômico (o trabalhador base da acumulação capitalista); em Clóvis, emerge também como agente político (nas suas lutas por liberdade e pelo fim do sistema escravocrata). Essa diferença fundamental estará atrelada a compreensões distintas sobre a escravidão, a abolição e a emergência da sociedade livre. (QUEIROZ, 2021, p.263)

A partir da citação, é possível compreender que, no pensamento de Clóvis Moura, havia, em certo sentido, um enfoque mais abrangente sobre a contribuição negra para a

formação social brasileira. Segundo Queiroz (2021, p.262), Clóvis Moura via o negro como agente histórico tanto do ponto de vista econômico quanto político; vide sua obra *Rebeliões da Senzala* (1988), que trata da historiografia das insurreições negras no período escravista, desmistificando a ideia do negro submisso. Na análise de Florestan Fernandes, segundo Queiroz, como o negro ficou mais circunscrito ao lugar de agente econômico, o destaque da luta política se situou no papel que as elites brancas desempenhavam no Brasil.

Contudo, um segundo ponto de convergência importante entre os intelectuais, relevante para nossa dissertação, além do papel do negro como agente ativo da história, já mencionado acima, foi a interpretação materialista do mito da democracia racial para elucidar a função de dominação racial e classista que essa expressão ideológica assumiu (QUEIROZ, 2021). Assim, podemos deduzir que ambos abordaram o racismo no capitalismo dependente brasileiro como uma dialética entre estrutura e superestrutura no processo social de reprodução material da vida, isto é, o racismo como pressuposto da exploração capitalista e o mito da democracia racial, reafirmando o racismo como base para essa exploração.

Seguindo nesse raciocínio, Queiroz (2021, p.263) destaca que Clóvis e Florestan denunciaram as funções extremamente conservadoras do mito da democracia racial, sem perder de vista a produção da vida material à qual ele se vincula, que desresponsabilizou as elites econômicas pela situação de vulnerabilidade da população negra após a abolição da escravidão, contribuindo para impedir a autoafirmação da identidade negra e suas reivindicações de igualdade racial. Os autores defendiam que este mito minava as possibilidades de uma democracia plena no Brasil, atribuindo ao povo negro a culpa pela sua situação de exclusão social e criando uma narrativa alienante sobre o modelo ideal de ser humano (branco) (QUEIROZ, 2021, p.264). Em suma, o pensamento desses autores apresentou-nos interpretações imprescindíveis sobre o sistema escravista no Brasil e o nascimento do mercado de trabalho, neste que é um país economicamente periférico.

Portanto, a formação do mercado de trabalho sob o capitalismo dependente brasileiro se dá a partir de um contexto de extrema desigualdade racial. Ademais, tal formação específica se relaciona com construções ideológicas centrais à nação, como o mito da democracia racial. Estudos mais recentes continuam a se debruçar nesta direção, adensando a discussão com conceitos como racismo estrutural e heteropatriarcado.

Autores como Ferreira e Fagundes (2021) apontam que:

De modo análogo à forma como a superexploração do trabalho articula a divisão internacional do trabalho, mediante as relações imperialismo e dependência, levantamos a hipótese de que o racismo estrutural e o moderno heteropatriarcado estruturam uma divisão sexual e racial do trabalho como estratégia permanente do capital de ocultamento de trabalho expropriado e de rebaixamento do preço do trabalho para abaixo do valor da força de trabalho. (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p.70)

O racismo estrutural³ e o heteropatriarcado estruturam a divisão sexual e racial do trabalho, cujo objetivo é ocultar o trabalho expropriado dos trabalhadores (mais-valia) e fazer com que o preço do trabalho pago aos trabalhadores seja menor do que o valor da sua força de trabalho. A superexploração está conectada com as opressões de raça e gênero, sendo também por meio delas

Isto posto, em relação ao contexto de desenvolvimento e exploração capitalista no Brasil, autores como Ferreira e Fagundes (2021), ressaltam que o processo de industrialização dependente contou com o apoio do Estado brasileiro, que atuou na exclusão dos trabalhadores racializados. Nas palavras dos autores:

Desta forma, nos parece razoável considerar como terceira hipótese de trabalho, o racismo como estruturante das relações capitalistas. Não só pelas raízes colonialistas, por particularidades de determinadas formações sociais ou pelo papel da escravidão na revolução industrial. Mas sobretudo porque o racismo, consideradas as condições históricas e morais normais de reprodução da força de trabalho, se converte em uma estratégia alienante do capital para pressionar constantemente o rebaixamento dos salários do conjunto da classe trabalhadora para abaixo do seu valor. (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p.71)

Neste sentido, os estudos de Ferreira e Fagundes (2021) indicam o racismo, em sua dimensão histórica e ideológica, como estruturante das relações capitalistas hoje, ao atuar para o rebaixamento salarial de toda a classe trabalhadora. A alienação produzida pela opressão racial incide diretamente e constantemente nas condições de trabalho e de vida de toda a classe trabalhadora na contemporaneidade. Obviamente isso significa considerar que as trabalhadoras e trabalhadores negros são os que vivenciam a realidade salarial abaixo da média nacional, exemplificando como o racismo está articulado à exploração (ou “superexploração”, conforme desenvolveremos adiante) que contribui para efetivar e naturalizar as diversas manifestações desta opressão (FERREIRA; FAGUNDES, 2021, p.70).

³ O conceito de racismo estrutural será discutido neste trabalho no item 2.2 Racismo e Ideologia.

Souza (2022) argumenta sobre o caráter racista do Estado brasileiro quando este adota uma política imigracionista branca no período pós-abolição, deixando a população negra ex-escravizada fora do mercado de trabalho formal. A autora afirma ainda que, ao contrário do que deveria ser realizado para que as pessoas recém libertas da escravização tivessem condições de vida digna, o Estado brasileiro criou políticas voltadas ao imigrante de origem europeia. Em vista disso, para Souza (2022) os processos de transição, que forjaram as relações de capitalismo dependente na sociedade brasileira, foram possíveis pela base de exploração do trabalho desde o período escravista, sendo eles o monopólio da terra pela propriedade privada, e pela concentração dos meios de produzir a vida nas mãos da classe dominante, que também detém o poder econômico, político, jurídico e ideológico. Assim, a emergência de um mercado de trabalho livre, após quatro séculos de escravidão no Brasil, não incorpora, aos processos de produção capitalista dependente, grande parte dos trabalhadores e trabalhadoras racializados como negros e negras no modo de produção escravista colonial (SOUZA, 2022).

Portanto, o trabalho de Souza permite discutir a materialidade das relações capitalistas. Ainda para Souza (2022), é preciso analisar a dinâmica de dominação e exploração capitalista nesse contexto, por meio do método materialista histórico-dialético, explicitado a seguir:

Partindo das elaborações de Marx (2013; 2008), a exploração é a mediação fundamental na relação das classes antagônicas na sociedade burguesa. Na apropriação privada do trabalho não pago, da mais-valia, é que emerge a engrenagem da acumulação da riqueza, dinamizadora fundante dessa sociedade. De maneira dialética, a estrutura da produção cria a superestrutura em qualquer modo de produção. Nisso, expressa-se o fato de não existir exploração sem dominação, ou seja, sem a criação de relações de poder, manifestas de diversas maneiras nas diferentes formas históricas de sociedade. (SOUZA, 2022, p.36)

Ou seja, as condições materiais de vida que criam a acumulação de riqueza no capitalismo, a partir da exploração, também sustentam as expressões ideológicas - situadas na imagem da “superestrutura” - que retroalimentam essas mesmas condições, reforçando e naturalizando as relações de dominação. Aprofundando essa compreensão, ao analisarmos o capitalismo dependente brasileiro, segundo Souza (2022), há duas dimensões particulares a serem consideradas.

A primeira se expressa pela impossibilidade de uma grande parte da força de trabalho ser absorvida pela dinâmica produtiva emergente. Ou seja, uma enorme massa de trabalhadores, muito além do exército industrial de reserva, fica fora da chamada

“dinâmica econômica restritiva do capitalismo dependente” (Souza, 2022, p.39). Nesse sentido, “a desigualdade e o desemprego fazem parte da estrutura da reprodução do capital na economia dependente, com uma radicalidade sui generis” (SOUZA, 2022, p.39), minando assim, as condições de sobrevivência e vida digna para grande parte da classe trabalhadora brasileira, especialmente a parcela negra. Por conseguinte:

[...] A segunda dimensão particular da relação entre capital e trabalho, no capitalismo dependente brasileiro, foi lançar o trabalhador negro e a trabalhadora negra às margens do mercado de trabalho, principalmente o formal. Isso, atrelou-se, ao longo da história do trabalho “livre” no Brasil, com o apagamento da sua participação no processo de produção de riquezas. (SOUZA, 2022, p.39)

Posto isto, as possibilidades de exploração (ou “superexploração”, conforme desenvolveremos a seguir) da classe trabalhadora brasileira são expressas pela enorme oferta da força de trabalho, segundo Souza (2022), fundamental para o desenvolvimento dependente, marcando o curso da história da luta de classes no período pós-abolição. Evidencia-se, desta forma, o racismo como um aspecto estruturante do capitalismo dependente brasileiro.

Neste sentido, compreendemos que Ferreira e Fagundes (2021) afirmam que a questão central na discussão de raça e classe no capitalismo periférico brasileiro está no racismo como estrutura naturalizante das relações de intensificação da exploração no Brasil. Já, para Souza, a questão central se encontra no legado da escravidão negra no Brasil, que deixou à margem do mercado de trabalho formal homens e mulheres negras, criando uma massa trabalhadores desempregados ou na informalidade pelo racismo. Contudo, relacionam o racismo com a reprodução material do capital, ainda que em abordagens diferentes.

Em suma, o capitalismo dependente brasileiro se desenvolveu deixando a parcela negra da classe trabalhadora na informalidade do mercado de trabalho. Mas, para além disso, é importante frisar que não só o apagamento da contribuição negra na construção de riquezas no Brasil, o projeto de embranquecimento do país, no fim do século XIX e início do XX, e a aniquilação da identidade e cultura negra funcionaram como parte do desenvolvimento específico do capitalismo no Brasil, como o racismo atual parece permanecer operante para a reprodução deste modo de produção. Assim, apontamos que a relação raça e trabalho sob o capital se mostra pertinente para analisar o funcionamento do racismo brasileiro, sobretudo para a compreensão do rebaixamento do valor da força

de trabalho. Nesse sentido, é possível explicar por que a ideologia racista, forjada pela dominação colonial, no capitalismo monopolista global, se perpetua, com inúmeras mutações, na contemporaneidade, figurando como fundamental para a dominação ideológica da classe trabalhadora e assumindo dimensões profundas em países como o Brasil (SOUZA, 2022).

Diante disso, Fagundes (2020), enfatiza a existência de um exército industrial de reserva - protagonizado pela população negra - que permite ao modo de produção capitalista alterar as condições de toda a classe trabalhadora: reiterando, o desemprego exerce pressão na parcela da classe trabalhadora inserida no mercado de trabalho formal, produzindo um rebaixamento do valor da força de trabalho. Deste modo, para pensar os desdobramentos raciais na luta de classes no Brasil, evidencia-se a centralidade da categoria superexploração⁴ do trabalho, conforme aponta o autor:

É a partir da análise do meandro de uma economia dependente e com alto padrão de subordinação que foi elaborada a categoria superexploração da força de trabalho, principalmente com o objetivo de dar conta de fundamentar a dependência como modalidade sui generis do capitalismo. Se constitui no âmbito da Teoria Marxista da Dependência e consiste em uma lei de tendência própria no capitalismo dependente. (FAGUNDES, 2020, p.146-147)

Ou seja, para analisar o desenvolvimento capitalista no Brasil se torna necessário compreender os mecanismos do tipo de exploração praticada especificamente em uma economia como a brasileira, a qual subordina-se aos países do centro deste sistema e assim elaborar a categoria da superexploração do trabalho. Esta categoria de análise está no centro da fundamentação do que é o capitalismo dependente. Conseqüentemente:

A categoria da superexploração deve ser entendida, portanto, como (1) conjunto de modalidades que implicam a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor e o esgotamento prematuro da força físico psíquica do trabalhador; (2) e que configuram o fundamento do capitalismo dependente junto com a transferência de valor e a cisão entre as fases do ciclo do capital. (LUCE, 2018, p.122)

Logo, a categoria superexploração se torna chave para a compreensão de como o capital se utiliza do racismo para explorar de forma intensa a classe trabalhadora brasileira, assim como as dos demais países da periferia do sistema capitalista. Assim, apoiado nas discussões de autores que tratam do tema da superexploração (Osório, 2018;

⁴ Sobre a superexploração, no capitalismo economicamente dependente, Luce (2018, p.182), refere que “(...) se o salário não alcança, de modo recorrente, a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração” (...).

Luce, 2018), Fagundes (2020) reforça que a essência deste tipo de exploração, sistematicamente reproduzida no capitalismo brasileiro, está no aprofundamento do desgaste da força de trabalho, inibindo a sua reposição e produzindo um rebaixamento do seu valor. Conforme já discutido neste item, ao submeter negros e negras às fileiras do desemprego e da informalidade, o capitalismo utiliza-se do racismo para produzir desigualdade no interior da classe trabalhadora, conseguindo explorá-la mais e melhor.

Por conseguinte, compreende-se que a superexploração está ligada ao modo como a classe trabalhadora se constitui enquanto classe, tendo que vender sua força de trabalho, isto é, vincula-se à esfera produtiva (estrutura) do capitalismo, não se restringindo, no entanto, apenas a essa esfera, mas também ao campo da ideologia (superestrutura). Deste modo, a relação entre estrutura e superestrutura do capital se estabelece dialeticamente. Isto é, a classe trabalhadora identifica-se por raça e gênero; assim sendo, o racismo e o machismo condicionarão, no campo ideológico, como essa superexploração será vivenciada materialmente por homens e mulheres e demais pessoas trabalhadoras brasileiras.

Esse condicionamento ideológico contou com o projeto de branqueamento da população brasileira que produziu fissuras na classe trabalhadora como um todo, como nos apontam as autoras Pereira e Sampaio (2018):

Além de compor o segmento mais baixo da superpopulação relativa, reduzidos ao pauperismo como “peso morto do exército industrial de reserva”, como “custos mortos” que o capital repassa para a classe trabalhadora, os negros e negras contam com pouco reconhecimento pelos demais sujeitos que compõem a classe trabalhadora. Como se tudo isso não bastasse, o capitalismo no Brasil constituiu o racismo como um poderoso veículo de fratura na classe trabalhadora. Essa fratura funciona duplamente, isto é, serve para criar formas de opressão que maximizam a exploração e, tragicamente, para produzir uma desconfiança no interior da própria classe trabalhadora, ou seja, através da produção do medo no seu próprio interior, entre seus próprios pares, fragiliza-a politicamente enquanto sujeito capaz de promover a revolução. (PEREIRA; SAMPAIO, 2018, p.444)

Portanto, enquanto componente ideológico do funcionamento da sociedade burguesa, o racismo se mostrou instrumento para legitimar a superexploração da força de trabalho negra e fragilizar as possibilidades de resistência coletiva de toda a classe trabalhadora.

Conforme já apontaram Ferreira e Fagundes, para Ruas (2021), na mesma direção dos autores anteriores, a condição de classe, isto é, de exploração e degradação da vida para as trabalhadoras e trabalhadores brancos encontra-se diretamente ligada à

subordinação e desumanização das trabalhadoras negras, negros e indígenas, bem como ao conjunto das mulheres trabalhadoras.

Embora nosso objeto seja o racismo e a branquitude, não podemos deixar de apontar que, na formação social brasileira, além de concorrerem entre si, recebendo baixos salários, a classe trabalhadora negra e branca superexplorada vivencia também opressões de gênero, sexualidade, condições físicas e geracionais, entre outras, pois estas fazem parte de uma totalidade social. Neste sentido, para que seja possível compreender como estas opressões estão imbricadas, mesmo que não sejam objeto da presente dissertação, apresentaremos a Teoria da reprodução Social (TRS) em breve digressão, pois esta fortalece inclusive a perspectiva seguida no item a seguir, sobre a origem socio-material das ideologias.

Para compreender a TRS, Ruas (2021, p.27) faz uso da noção de que “a força motora do capitalismo é o trabalho humano e não as mercadorias”. A TRS oferece, assim, uma visão ampla sobre a produção capitalista e sobre o trabalho nessa sociedade, desmistificando a esfera econômica, possibilitando a apreensão do seu componente fundamental: a produção ou reprodução de seres humanos e as tarefas inerentes a essa função, como dar à luz, cuidar e manter a vida humana, que exigem recursos, tempo e trabalho humano (RUAS, 2021), tarefas exercidas em geral e prioritariamente por mulheres negras.

Retomando nosso foco na questão racial na materialidade periférica capitalista, a partir da compreensão das diferentes opressões que sustentam o sistema capitalista como um todo e da TRS, entende-se que as mulheres negras, especialmente as que divergem da heteronormatividade cis, acabam ocupando um papel ainda maior de vulnerabilidade entre os explorados.

Como vimos até aqui, a exploração capitalista atinge níveis elevados de intensificação nos países de capitalismo economicamente dependente, como é o caso do Brasil. Os autores exploram a historicidade da questão racial na luta de classes brasileira, sob diferentes pontos de vista. Podemos compreender então a burguesia brasileira, em todas as suas frações, como grupo que perpetua o racismo, machismo, entre outras opressões, para justificar o rebaixamento do preço do trabalho pago aos trabalhadores para aquém do valor da força de trabalho. Ou seja, as opressões, em especial o racismo, são parte estruturante das engrenagens do capitalismo dependente brasileiro, possibilitando que a superexploração de pessoas negras, especialmente as mulheres, seja naturalizada.

Essas questões cruciais para a compreensão da formação social brasileira parecem ter sido ignoradas pelos ideólogos burgueses. Aqueles que propagaram o mito da democracia racial o fizeram ocultando as contradições racistas imbricadas no processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, naturalizando, assim, tanto o racismo, quanto a superexploração da classe trabalhadora brasileira. O que nos faz compreender que é necessário investigar como a relação entre raça e classe na formação da classe trabalhadora brasileira está intimamente ligada aos processos ideológicos da branquitude. Trataremos disso mais aprofundadamente no item 2.4 desta dissertação e para tal, se torna necessário definir a categoria ideologia e suas aplicações no tratamento do racismo brasileiro.

2.2 Dimensões da Ideologia

No item anterior, percorremos as bases materiais da produção ideológica sobre raça e trabalho no capitalismo periférico brasileiro, considerando, de forma panorâmica, a história da luta de classes no Brasil, o uso da força de trabalho escravizada e as raízes da superexploração da classe trabalhadora brasileira. Compreendemos o racismo como estruturante da sociabilidade capitalista, possibilitando o rebaixamento do preço pago pelo trabalho ao trabalhador muito aquém do valor da sua força de trabalho, e precarizando as condições de vida e sobrevivência, em particular, de trabalhadores negros e indígenas, assim como do conjunto de toda a classe trabalhadora. Ou seja, o racismo atua como uma espécie de força motora do desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro, a partir da superexploração, sendo impulsionado pelas relações sociais que o naturalizam, ocultam e o justificam como ideologia neste sistema.

Portanto, para que seja possível compreender, de forma mais aprofundada, a perspectiva de ideologia adotada neste trabalho, se faz necessário introduzir brevemente, dentro dos limites da presente dissertação, o que é o método científico denominado materialismo-histórico-dialético (MHD) e seus objetivos. Ao longo de uma vida de estudos sobre as formas de reprodução do capital, assim como a sociabilidade dela advinda, o filósofo alemão Karl Marx desenvolveu o MHD, método de compreensão da realidade que objetiva a superação do capitalismo.

Segundo Netto (2011), para Marx, os homens e mulheres construíram suas relações a partir de forças produtivas anteriores a eles próprios, não sendo possível uma escolha prévia dessas condições. Assim, “(...) para elaborar a reprodução ideal (a teoria) do seu objeto real (que é a sociedade burguesa), Marx descobriu que o procedimento fundante é a análise do modo pelo qual nele se produz a riqueza material. (...)” (NETTO, 2011, p.38). Para uma análise precisa desta sociedade e para superar as perspectivas idealistas e positivistas, Marx desenvolveu três categorias nucleares do MHD: totalidade, contradição e mediação⁵. O uso dessas categorias traz um ponto de vista crítico sobre os

⁵ Sobre essas categorias, compreende-se a partir de Netto que (...) O concreto é concreto porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo [...) Para Marx, a sociedade burguesa é uma *totalidade concreta*. Não é um "todo" constituído por "partes" funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade concreta inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade. Nenhuma dessas totalidades é "simples"- o que as distingue é o seu grau de complexidade (...) Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma *totalidade dinâmica* - seu movimento resulta do caráter *contraditório* de *todas* as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam *totalidades inertes*, mortas (...) A natureza dessas contradições,

diferentes elementos que compõem a sociedade burguesa, articulados na dialética material e histórica desta sociedade, determinada pela luta de classes.

Nesse sentido, Netto (2011, p.24) esclarece como Marx também chegou à compreensão de sociedade civil como uma forma de constituição social, organização da família, das ordens ou classes que corresponde a um determinado Estado político, sendo esta expressão oficial dessa sociedade civil.⁶ Esta é, no plano da compreensão teórica, a chamada, numa metáfora espacial, “superestrutura” do capital, onde a ideologia se reproduz. Utilizamos os termos superestrutura e infraestrutura compreendendo que:

(...) a metáfora do edifício – base (infraestrutura) e superestrutura – é usada por Marx e Engels para apresentar a ideia de que a estrutura econômica da sociedade (a base ou infraestrutura) condiciona a existência e as formas do Estado e da consciência social (a superestrutura) (...) (BOTTOMORE, 1988, p.27).

Entretanto, Bottomore (1988, p. 27) alerta que Marx tinha consciência de que essa interpretação poderia levar a um reducionismo econômico da questão, nesse sentido, conforme o autor, “(...) É por isso que ele [Marx] caracteriza também essa relação como histórica, desigual e compatível com a eficácia própria da superestrutura (...)” (BOTTOMORE, 1988, p. 27). Ou seja, a relação entre base e superestrutura é de influência recíproca, considerando a conjuntura histórica e desigual na qual se sustenta a materialidade capitalista. Sobre isso, Bottomore (1988, p. 27), conclui que “(...) em outras palavras, a superestrutura das ideias não é considerada como simples reflexo passivo, mas como dotada de certa eficácia própria (...)”. Assim, as relações sociais de produção, isto é, o uso do trabalho humano que é dividido racial e sexualmente na sociedade de classes, para a transformação da natureza, levando ao avanço das forças produtivas desta sociedade, é a chamada “infraestrutura” do capital, “base” na qual a ideologia dominante é produzida.

seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade (...) Enfim, uma questão crucial reside em descobrir as *relações* entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são *mediadas* não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os *sistemas de mediações* (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade *indiferenciada* - e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como "unidade do diverso" (NETTO, 2011, p.57).

⁶ os desdobramentos do marxista Antonio Gramsci às proposições de Marx não serão objeto da dissertação.

A relação entre a produção ideológica no capitalismo e a base material é compreendida a partir das categorias do MHD. Nesse sentido, o choque entre o avanço das forças produtivas da humanidade com as relações sociais de produção para Netto (2011, p.51) produzirá uma nova ordem social. Uma nova forma de organização do trabalho em sociedade, um novo tipo de sociabilidade sem exploradores e explorados: o socialismo (NETTO, 2011, p.51).

Isto posto, compreende-se que “(...) não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (...)” (NETTO, 2011, p.31). A consciência social está ligada à realidade material da vida em sociedade, que, no entanto, é mediada por processos contraditórios, os quais a ideologia da classe dominante tenta ocultar, para que a ordem atual das coisas se mantenha e se reproduza. Portanto, há uma centralidade social da ideologia sob o capital, uma vez que esta unifica a sociedade capitalista em torno de valores, crenças e atitudes que estigmatizam pessoas negras e indígenas em estereótipos racistas, assim como coloca as pessoas brancas em um lugar social de vantagens e privilégios materiais e simbólicos. Tal processo contribui para a naturalização das relações desiguais entre brancos e não brancos em todos os âmbitos e tratando-se de raça e classe social. Em termos ideológicos essa naturalização justifica a superexploração a qual está submetida toda a classe trabalhadora brasileira, em sua maioria negra.

Partindo da compreensão de que ideologia é produto histórico de uma determinada realidade social, na qual exerce influência recíproca, Terry Eagleton (1997), em sua obra *Ideologia - Uma introdução*, traz os diversos conceitos sobre ideologia utilizados por diferentes autores ao longo da história. O autor relaciona ideologia especialmente com os interesses e conflitos de poder, tendo algumas destas conceituações a relação com a perspectiva marxista da luta de classes (EAGLETON, 1997, p. 22). Eagleton refere que a linhagem central de pensadores marxistas se ocupou em definir ideologia em relação a ideias verdadeiras ou falsas, assim como ideias ligadas à ilusão, distorção ou mistificação (idem, 1997, p. 16). Já outra tradição preocupou-se em tratar da função ideológica das ideias na vida social.

Ambas foram discutidas por Eagleton, que observou as importantes contribuições dessas duas linhas de pensamento (idem, 1997, p. 16). Entre elas, destaca-se a compreensão de que a ideologia sempre possui um dado de verdade empírica. Neste sentido, Eagleton enfatiza que ideologia está ligada, principalmente, à noção de discurso, muito mais do que de ideias verdadeiras ou falsas.

Como marxista, no entanto, a ideologia, para Eagleton, permanece ligada à materialidade da vida social, uma vez que: “(...) de nada adianta lembrar a mim mesmo que sou contra o racismo quando me sento em um banco no parque onde se lê ‘só para brancos’; ao sentar nele, apoiei e perpetuei a ideologia racista. A ideologia, por assim dizer, está no banco, não em minha cabeça (...)” (EAGLETON, 1997, p.47). Ou seja, não basta apenas de uma ideia antirracista, é preciso que as relações que estabelecem o racismo como norma social sejam combatidas, em diversos níveis: econômico, jurídico, político e ideológico. Assim, a ideologia não está apenas no plano das ideias; é uma relação entre as classes sociais no capitalismo, cuja continuidade está ligada à produção de sujeitos que perpetuam a dominação da classe no poder por meio de linguagens, narrativas, discursos, decisões políticas, produção cultural etc, e que ocultam a realidade contraditória desta sociabilidade.

Neste sentido, ela permeia todos os campos da formação dos sujeitos, uma vez que é originada das relações materiais de produção e reprodução da vida, sendo parte de “(...) um campo discursivo no qual os poderes sociais que se autopromovem conflitam e colidem acerca de questões centrais para a reprodução do poder social como um todo (...)” (EAGLETON, 1997, p. 39). Fica claro, nesta perspectiva, que as proposições de Eagleton sobre discurso e ideologia não se inscrevem em qualquer perspectiva pós-moderna. O autor exemplifica como a ideologia está presente no uso que se faz da linguagem, por exemplo, pois “(...) o mesmo fragmento de linguagem pode ser ideológico em um contexto e não em outro; a ideologia é uma função da relação de uma elocução com seu contexto social (...)” (EAGLETON, 1997, p. 39). Para além do campo discursivo apenas, a ideologia está a serviço dos interesses e disputas no campo da luta de classes e da reprodução da sociabilidade capitalista, a serviço da classe dominante; ela é utilizada na manutenção da sua dominação sobre a classe trabalhadora.

Entretanto, segundo Eagleton, aquilo que confere poder a uma ideologia dominante, também a faz heterogênea e inconsistente. Neste sentido, “(...) se os oprimidos precisam estar bastante atentos para seguir as instruções dos governantes, são, portanto, suficientemente conscientes para poder desafiá-las (...)” (EAGLETON, 1997, p. 55). Ou seja, a consciência dos sujeitos sociais está em constante disputa. Por consequência, quanto maior a influência ideológica sob a qual um(a) trabalhador(a) está submetido - e Eagleton cita o exemplo das várias horas dedicadas à televisão ao invés da militância política na realidade de vida de grande parte da classe trabalhadora - maior será o trabalho

de desenvolvimento de uma nova consciência social proletária, socialista, comunista, antirracista, feminista ou anti-ideológico-burguesa.

Nessa linha, Eagleton alerta que dentro uma formação ideológica é possível haver processos de acordos, ajustes e permutas entre a visão global de mundo que tal ideologia prega e seus elementos mais concretos (EAGLETON, 1997, p.55). Ou seja, é possível que a ideologia abarque necessidades e desejos concretos dos sujeitos para que possa ser tomada como verdade absoluta, inquestionável, formando cada vez mais sujeitos condicionados ao capitalismo e sua exploração.

Eagleton define que as ideologias são “(...) um conjunto de significados e valores que codificam certos interesses relevantes para o poder social (...)” (EAGLETON, 1997, p.50), sendo elas “(..) *unificadoras, orientadas para a ação, racionalizantes, legitimadoras, universalizantes e naturalizantes* (...)” (EAGLETON, 1997, p.50).

Para o autor, ideologias são unificadoras pois “(...) conferem coesão aos grupos ou classes que as sustentam, fundindo-os em uma identidade unitária ainda que internamente diferenciada, o que lhes permite talvez impor uma certa unidade ao conjunto da sociedade (...)” (EAGLETON, 1997, p.50). Assim como em termos de orientar para ação, o autor entende que uma ideologia bem-sucedida deve funcionar em termos práticos e teóricos, abrangendo desde um sistema de pensamento elaborado até as minúcias da vida cotidiana (EAGLETON, 1997, p.53).

Sobre a característica da racionalização, Eagleton entende que as ideologias podem ser lidas como tentativas de produzir explicações e justificativas plausíveis para defender o indefensável (EAGLETON, 1997, p.56-7). Sob esse ponto de vista, o autor compreende também que a racionalização, na ideologia, está intimamente ligada ao conceito de legitimação, o qual tem a ver com o processo de aceitação pragmática das condições a que são impostas aos grupos por parte dos dominantes (EAGLETON, 1997, p.58).

A legitimação na ideologia, por sua vez, está ligada com o conceito de universalização, que é o processo segundo o qual “(...) valores e interesses que são na verdade específicos de uma determinada época ou lugar são projetados como valores e interesses de toda a humanidade (EAGLETON, 1997, p.61).

Por fim, Eagleton define que as ideologias são naturalizantes pois, ao desistoricizar as ideias e crenças, a ideologia oculta que elas sejam específicas de uma determinada época, lugar e grupo social (EAGLETON, 1997, p.62-3). Assim, para o autor “(...) conforme reconhecem Marx e Engels em A ideologia alemã, conceber as formas de

consciência como autônomas, magicamente absolvidas dos determinantes sociais, é dissociá-las da história e convertê-las, assim, em um fenômeno natural (EAGLETON, 1997, p.62-3).

Essas características são fundamentais para a compreensão de ideologia, considerando que “(...) ideologia tem a ver com legitimar o poder de uma classe ou grupo social dominante (...)” (EAGLETON, 1997, p.19). Enfatizamos, dentro da perspectiva aqui adotada, a centralidade da classe no funcionamento da ideologia, imprimindo uma precisão à noção.

Além das características acima mencionadas, o autor acrescenta que há algumas estratégias utilizadas pelas ideologias, a saber: a) promoção crenças e valores compatíveis com a ordem dominante; b) descrédito das ideias que possam desafiar essa ordem; c) exclusão de formas rivais de pensamento, mediante lógicas não declaradas mas sistemáticas e d) obscurecimento da realidade social de modo a favorecer a manutenção desta ordem (EAGLETON, 1997, p.19). Por fim, entre todas as estratégias ideológicas discutidas por Eagleton (1997), destacamos o que ele denomina de mistificação, conforme a citação a seguir:

Tal “mistificação”, como é comumente conhecida, com frequência assume a forma de camuflagem ou repressão dos conflitos sociais, da qual se origina o conceito de ideologia como uma resolução imaginária de contradições reais (EAGLETON, 1997, p.19).

Portanto, a ideologia nos oferece formas ilusórias para explicar as contradições reais da sociedade de classes, e, conseqüentemente, lidar com elas. Essas formas ocultam o conteúdo de classe que elas contêm. Um exemplo disso é o que chamamos de meritocracia: um homem branco, graduado, nascido herdeiro de outro homem branco possuidor de bens de todos os tipos, imóveis, ações em empresas multinacionais, possui um rendimento mensal 100 mil vezes maior que uma trabalhadora doméstica negra, moradora de periferia que cursou apenas o ensino fundamental e cujos pais não conheceu, sendo ela mãe solteira de quatro filhos.

A ideologia faz parecer natural que o filho do burguês tenha uma renda muito maior que a trabalhadora doméstica, afinal, ele se esforçou mais para alcançar esse rendimento maior, visto que frequentou a universidade, se dedicou, igualmente seu pai e seus familiares se esforçaram para ter o que têm etc, logo, ele mereceu o lugar social que ocupa. A ideologia universaliza a ideia de que isso é natural e inevitável, ocultando a luta

de classes, a divisão racial e sexual do trabalho, o racismo, machismo entre outras contradições que constroem a realidade de exploração da mulher trabalhadora que é mãe solteira e racializada. Mesmo ela se esforçando muito, devido ao conjunto dessas opressões e exploração a qual está submetida, a tendência é de que nunca alcance o mesmo lugar que o filho do burguês que vive a realidade histórica de ser um homem do grupo social branco que é privilegiado, herdeiro de vantagens na competitividade capitalista. E mesmo que esta mulher consiga, ela ainda será uma exceção que confirma a regra de que não é possível para todas iguais a ela, pois se assim fosse, não seria capitalismo.

Ou seja, a forma que a ideologia dominante oferece para que compreendamos essa questão (a ideia da meritocracia⁷) promove crenças e valores que ocultam o conteúdo de classe - da classe dominante - que é a naturalização e universalização das desigualdades e da exploração capitalista.

Em meio a essas dimensões da ideologia tratadas por Eagleton, situamos também, neste trabalho, a compreensão de ideologia trabalhada por Chauí (2008), em consonância com Eagleton, quando a autora define ideologia como uma tentativa de separação da produção das ideias das condições sociais históricas nas quais essas ideias são produzidas, ou seja, o processo de desistoricização das ideias de sua base material.

Referenciando-se em Marx e Engels, a autora explica o processo que separa homens e mulheres de suas atividades materiais, isto é, do trabalho humano, transformando-os em mercadorias governadas pelo capital. Assim, as ideias possuiriam, na ideologia, força e vidas próprias, dissociadas dos seres que as produzem, dominando-os e comandando suas ações. O fenômeno das ideias desagregadas da atividade material da vida humana, assim como a luta de classes, para Chauí, torna a ideologia uma força quase impossível de ser removida da consciência. Para a autora:

⁷ A meritocracia “(...) é uma ideologia que reforça as desigualdades econômicas, sociais e históricas (...), individualiza os problemas estruturais, atribui responsabilidade de resultados aos indivíduos e torna essas estruturas invisíveis à crítica popular e às reformas políticas (WAYNE, CABRAL, 2021, p. 02). Os autores referem ainda que (...) na estrutura ideológica do capitalismo, a meritocracia impinge nos indivíduos a crença de que uma combinação de certas características – o talento, a atitude certa e o trabalho árduo – coloca alguns indivíduos no topo da estrutura de classes e isso lhes dá o direito de governar sobre os outros (McNamee; Miller, 2009). Ao mesmo tempo em que esse sistema meritocrático supostamente valoriza essas características especiais, ele blinda suas contradições inerentes para a população em geral. Como McNamee e Miller (2009) apontam, a meritocracia ignora os papéis desempenhados pela herança, pelas conexões, pela sorte, pela discriminação, pelo casamento e pela criminalidade no caminho para o sucesso (WAYNE, CABRAL, 2021, p. 02).

(...) no plano da experiência vivida e imediata, as condições reais de existência social dos homens não lhes apareçam como produzidas por eles, mas, ao contrário, eles se percebem produzidos por tais condições e atribuem a origem da vida social às forças ignoradas, alheias às suas, superiores e independentes (deusas, Natureza, Razão, Estado, destino, etc) de sorte que as ideias quotidianas dos homens representam a realidade de modo invertidos e são conservadas nessa inversão, vindo a constituir os pilares para a construção da ideologia. (CHAUÍ, 2008, p.87).

A inversão da realidade é produzida pelas relações sociais e expressa na ideologia burguesa, que desistoriciza a consciência, como já mencionado. Chauí compreende as ideias dos homens como representação do modo como a realidade social lhes aparece na experiência imediata, e não a realidade das condições materiais de vida, as condições nas quais elas foram produzidas. Portanto, “(...) as ideias tendem a ser uma representação invertida do real, onde a origem ou causa é efeito ou consequência e vice e versa” (CHAUÍ, 2008, p.64). Deste modo, a ideologia naturaliza formas de consciência que reproduzem conteúdos que reforçam desigualdades. Assim, a autora afirma que:

(...) as ideias aparecem como produzidas somente pelo pensamento, porque os seus pensadores estão distanciados da produção material. Assim, em lugar de aparecer que os pensadores estão distanciados do mundo material e por isso suas ideias revelam tal separação, o que aparece é que as ideias é que estão separadas do mundo e o explicam. As ideias não aparecem como produtos do pensamento de homens determinados - aqueles que estão fora da produção material direta - mas como entidades autônomas descobertas por tais homens (CHAUÍ, 2008, p.65).

Ou seja, a sociabilidade capitalista forma determinados tipos de teóricos, intelectuais, ou ideólogos, distanciados da realidade material da vida, que produzem ideias a partir de um idealismo dissociado do mundo real. Essa dissociação é produzida inconscientemente, sendo a partir dela que as ideias dominantes se reproduzem na consciência social coletiva. Nesse sentido:

Assim, por exemplo, faz parte da ideologia burguesa afirmar que a educação é um direito de todos os homens. Ora, na realidade sabemos que isto não ocorre. Nossa tendência, então, será a de dizer que há uma contradição entre a ideia da educação e a realidade. Na verdade, porém, essa contradição existe porque simplesmente exprime, sem saber, uma outra: a contradição entre os que produzem a riqueza material e cultural com seu trabalho e aqueles que usufruem dessas riquezas, excluindo delas os produtores. Porque estes se

encontram excluídos do direito de usufruir dos bens que produzem, estão excluídos da educação, que é um desses bens (CHAUÍ, 2008, p.67).

Portanto, a contradição fundante dessa sociedade é a relação capital *versus* trabalho e é a partir dela que se origina a ideologia, e não uma dissociação entre as ideias e o mundo, como faz parecer a própria ideologia burguesa. A autora afirma que um dos traços fundamentais da ideologia consiste:

[...] justamente, em tomar as ideias como independentes da realidade histórica e social, quando na verdade é essa realidade que torna compreensíveis as ideias elaboradas e a capacidade ou não que elas possuem para explicar a realidade que as provocou. [...] essas ideias ou representações tenderão a esconder dos homens o modo real como suas relações sociais foram produzidas e a origem das formas sociais de exploração econômica e de dominação política. Esse ocultamento da realidade social chama-se ideologia. Por seu intermédio, os dominantes legitimam as condições sociais de exploração e de dominação, fazendo com que pareçam verdadeiras e justas (CHAUÍ, 2008, p.13-14).

Assim, o ocultamento da realidade social, uma das características da ideologia, se expressa de diferentes formas nas relações de exploração e dominação. Chauí referencia-se na obra *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, livro no qual os autores demonstram que a ideologia é um fenômeno objetivo, e não um engano de consciência, subjetivo, produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (CHAUÍ, 2008, p.78). Para a autora, portanto, a superação deste sistema social que explora os seres humanos deverá ser objetiva e subjetiva, uma vez que a consciência de homens e mulheres dessa sociedade só poderá ser diferente quando sua prática também o for, mas tal prática alienante a ser superada também se sustenta na ideologia.

Nesse sentido, a ideologia do racismo vai alcançar a consciência de todas as pessoas. Naturalizando injustiças e desigualdades e universalizando a estética e a cultura do branco colonizador europeu, por exemplo, o racismo enquanto ideologia faz parte do processo de cisão os sujeitos sociais das condições materiais de sua existência e da consciência de si mesmos bem como de seus semelhantes.

Voltemos a Eagleton (1994). O autor compreende que, em uma sociedade totalmente justa, a ideologia em um sentido pejorativo não seria necessária, posto que não seria preciso explicar as contradições inerentes ao capitalismo. Mas, como compreendemos até aqui, a materialidade da vida determinará a consciência, por isso, é interessante para o burguês branco que o racismo se perpetue nas suas formas material e ideológica, tanto quanto é - ou deveria ser - imprescindível para o (a) trabalhador (a) branco (a) o fim do racismo, considerando o que vimos no item 2.1 sobre a

superexploração da classe trabalhadora como um todo possibilitada, entre outros aspectos, pela ideologia do racismo.

Considerando as discussões dos três autores abordados neste item, tomamos cinco dimensões cruciais para a compreensão de ideologia e, conseqüentemente, do seu funcionamento no sistema capitalista:

1) A ideologia é um fenômeno objetivo e subjetivo, produzido pelas condições materiais de existência dos sujeitos, mediada, no capitalismo, por processos contraditórios;

2) unifica socialmente os sujeitos em torno de valores, crenças e atitudes que legitimam a reprodução da sociabilidade capitalista;

3) naturaliza as relações desiguais nesta sociabilidade;

4) justifica a superexploração capitalista e

5) oculta as contradições da sociedade capitalista.

Dito isso, podemos perceber que a reprodução da ideologia na consciência dos sujeitos é essencial para a manutenção da exploração capitalista. No item a seguir, aprofundaremos o racismo enquanto ideologia a partir da literatura existente sobre o tema e o seu funcionamento ideológico na reprodução do capital, antes de passarmos à branquitude no item 2.4.

2.3 Racismo e Ideologia

Após o exposto sobre as definições de ideologia na perspectiva do materialismo-histórico-dialético (MHD), partimos então da compreensão de que ideologia é fruto de relações sociais material e historicamente determinadas, portanto, fruto da divisão social e racial do trabalho na sociedade de classes e expressa a forma de legitimação da dominação de uma classe (burgueses) sobre a outra (trabalhadores). Nesta linha, serão revisados, neste item, dois autores que tratam do racismo enquanto ideologia e suas implicações na sociedade brasileira contemporânea: Silvio Almeida e Rian Rodrigues. Este último busca articular sob a perspectiva do MHD as categorias de raça e classe, assim como Silvio Almeida contextualiza o racismo como fenômeno estrutural da sociedade capitalista.

Recuperando as questões tratadas anteriormente, em termos gerais, identificamos que a classe dominante (burguesia em suas diversas frações), enquanto classe detentora dos meios de produção da vida, busca naturalizar a desigualdade social e, conseqüentemente, a desigualdade de raça - ou busca afirmar sua desimportância nas relações sociais. Esta naturalização ocorre por meio das relações que se estabeleceram historicamente entre brancos e não brancos e que foram sistematicamente reafirmadas em todos os campos da vida social até os dias atuais por meio, junto a outros processos, da ideologia.

Essas relações baseadas no modo de produzir a vida nesta sociedade, na qual os bens materiais produzidos pela classe trabalhadora - que é em sua maioria negra no Brasil - ficam concentrados como propriedade da classe dominante - maioria branca ou projetada como tal -, compõem a ideologia burguesa e sustentam o racismo. Não só a riqueza material que é apropriada pela burguesia, mas também a própria vida das e dos trabalhadores que, como identificamos no item 2.1, por causa do racismo são superexplorados, dificultando sua sobrevivência e acelerando seu desgaste físico e psíquico.

Voltando à discussão de como a ideologia naturaliza a desigualdade de raça, deve-se olhar para a historicidade do próprio conceito de raça e, conseqüentemente, do racismo. O capitalismo, na fase de expansão colonial, racializou o humano para afirmar que determinados seres humanos, com determinadas características físicas e culturais, não seriam humanos. A partir disso, especificamente aqui no Brasil, se estabelece uma relação

de expropriação da vida e exploração intensa das pessoas nomeadas pelos colonizadores como negras e indígenas.

Enfocando precisando a historicidade do conceito de raça, Silvio Almeida (2021), refere que o positivismo do século XIX, a crise do capitalismo e o neocolonialismo embasam o contexto em que raça passa a designar grupos humanos que estariam mais propensos a comportamentos imorais, violentos ou lascivos, devido ao seu fenótipo e características culturais. Ou seja, grupos que poderiam ser considerados inferiores, selvagens, não humanos, com base em um universalismo de um tipo ideal hegemônico de ser humano: representado fenotipicamente pelo (homem) branco.

Na direção de romper com a naturalização deste conceito, Almeida (2021, p.25) afirma que raça surge na história da classificação de seres humanos por volta do século XVI, a partir da relação econômica e política estabelecida pela modernidade e pelo capitalismo. Para o autor, o conceito de raça é relacional e histórico, envolvendo conflito, poder e decisão. Assim, o denominado racismo científico ganhou ampla aceitação no meio acadêmico mundial e, no caso do Brasil, difundido por alguns intelectuais da época.

Almeida (2021) também define dois registros importantes para se compreender como o conceito de raça opera: característica biológica e étnico-cultural. Essas características são importantes para compreender como o racismo se sustenta enquanto ideologia, pois foram usadas como tecnologias do colonialismo europeu para a submissão e destruição dos povos colonizados nas Américas, África, Ásia e Oceania (ALMEIDA, 2021, p.28). Ainda hoje, tais características são usadas ideologicamente pelo racismo na tentativa de inferiorizar pessoas com fenótipos característicos das etnias e culturas indígenas, negras e aborígenes (entre outras). Quanto à criação da raça e do racismo, Almeida (2021), refere que:

Pessoas racializadas são formadas por condições estruturais e institucionais. Nesse sentido, podemos dizer que é o racismo que cria a raça e os sujeitos racializados. Os privilégios de ser considerado branco não dependem do indivíduo socialmente branco reconhecer-se ou assumir-se como branco, e muito menos de sua disposição em obter a vantagem que lhe é atribuída por sua raça (ALMEIDA, 2021, p.64).

Ou seja, negro/a, indígena, amarelo e branco ou branco e não branco são construções de uma sociedade historicamente determinada pela discriminação e violência racial, cuja consciência dos seus integrantes estará permeada de valores que legitimam

essas práticas, pois é esta a ideologia determinada pelo capitalismo e que também o determina. Neste sentido, podemos compreender que há uma disputa de consciência, como vimos no item 2.2, em relação à consciência crítica ao racismo. Uma criança não nasce racista, ela assimila socialmente ao longo do tempo toda a ideologia social que contém o racismo como premissa. Segundo Almeida:

O significado das práticas discriminatórias pelas quais o racismo se realiza é dado pela ideologia. Nossa relação com a vida social é mediada pela ideologia, ou seja, pelo imaginário que é reproduzido pelos meios de comunicação, pelo sistema educacional e pelo sistema de justiça em consonância com a realidade. Assim, uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua consciência e de seus afetos (ALMEIDA, 2021, p.67).

Para Almeida, a ideologia permeia todas as relações sociais, neste sentido o imaginário social que antecede à formação da consciência é o primeiro contato que temos com os valores desta sociedade. Assim sendo, o racismo faz parte da base da consciência social de todos os indivíduos. Neste sentido, o racismo como construção social não é uma opção individual, mas estruturante do conjunto da sociedade capitalista. Entretanto, ainda que seja parte da estrutura desta sociedade, cabe observar que tal constatação não elimina a necessidade de combate às práticas racistas individuais, como destaca Almeida:

Porém o uso do termo “estrutura” não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. [...] Ainda que os indivíduos que cometam atos racistas sejam responsabilizados, o olhar estrutural sobre as relações raciais nos leva a concluir que a responsabilização jurídica não é suficiente para que a sociedade deixe de ser uma máquina produtora de desigualdade racial (ALMEIDA, 2021, p. 50-51).

A máquina produtora de desigualdade racial utiliza-se da ideologia para propagar o racismo e reproduzir-se, mesmo que os indivíduos sejam punidos por seus atos racistas. Portanto, é necessário analisar como o racismo criou essa hierarquia racial entre brancos e não brancos. Nas palavras do autor:

De fato, o ser branco é uma grande e insuperável contradição: só se é “branco” na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco, que se nega ser portador de uma raça. **Ser branco é atribuir identidade racial aos outros e não ter uma. É uma raça que não tem raça** (ALMEIDA, 2021, p.78, grifos meus).

Conforme nos aponta Silvio Almeida, ninguém nasce branco ou negro, mas torna-se a partir dos marcadores sociais criados pelo racismo, que, por sua vez, é criado pelo grupo que não é representado propriamente como racializado, embora auto-identificado, o grupo branco. A possibilidade de atribuir raça ao outro e não a si próprio, por parte do grupo social branco como um todo, é parte das estratégias ideológicas que ocultam as contradições raciais no capitalismo. Ao não se identificar como branco, a raça aparece como “um problema dos outros”, visto que são os “outros” que não se enquadram no padrão de humanidade imposto pela branquitude. São estes “outros” que precisam se preocupar com sua cor, fenótipo, cultura e demais traços que os diferenciam da suposta “verdadeira humanidade”. Essa estratégia ideológica oculta distintos níveis de exploração que acomete a classe trabalhadora negra e não branca no mundo todo, principalmente a brasileira e a dos demais países de capitalismo periférico.

Em razão disso, Almeida (2021), nos lembra ainda que as condições de ser negro e ser branco dependem de circunstâncias históricas, políticas, regionais, sendo estas experiências distintas, de acordo com a formação cultural, político-institucional e econômica de cada país e continente. Posto que nesta sociedade, marcada pela desigualdade racial, o racismo é processo produtor de subjetividades, que molda o inconsciente dos sujeitos de acordo com as práticas sociais que normalizam essa desigualdade, constituindo, por exemplo, sujeitos que não se revoltam diante das violências e discriminação racial (ALMEIDA, 2021).

Nessa forma de constituir-se enquanto sujeito, o racismo passa a se adaptar às condições que favorecem a continuidade do capitalismo e vice e versa. Para Almeida (2021), o enquadramento dos grupos discriminados e suas culturas em uma versão de humanidade que possa ser controlada pelos interesses do capital é uma forma de adaptá-las ideologicamente. Nas palavras do autor:

Em vez de destruir a cultura, é mais inteligente determinar qual o seu valor e seu significado. Para Fanon, nesse estágio ‘o rigor do sistema torna supérflua a afirmação cotidiana de uma superioridade’. O que Fanon chama de ‘rigor’ pode ser entendido como a capacidade do sistema econômico e político absorver de modo cada vez mais eficiente os conflitos, inclusive os raciais. Mesmo que possam ser consideradas perigosas, pois oferecem possibilidades contestadoras de leitura de mundo e da ordem social vigente, as culturas negra ou indígena, por exemplo, não precisam ser eliminadas, desde que seja possível tratá-las como “exóticas”. O exotismo confere valor à cultura, cujas manifestações serão integradas ao sistema na forma de mercadoria (ALMEIDA, 2021, p.73).

A citação remete a um conjunto de estratégias de dominação da supremacia branca, que, para Almeida (2021, p.75), só pode ser discutida à luz do conceito de hegemonia e das teorias críticas sobre a branquitude. Diante disso, o autor reitera que:

A supremacia branca é uma forma de hegemonia, ou seja, uma forma de dominação que é exercida não apenas pelo exercício bruto do poder, pela pura força, mas também pelo estabelecimento de mediações e pela formação de consensos ideológicos. A dominação racial é exercida pelo poder, mas também pelo complexo cultural em que as desigualdades, a violência e a discriminação racial são absorvidas como componentes da vida social, como [...] uma rede na qual os sujeitos brancos estão consciente ou inconscientemente exercendo-o em seu cotidiano por meio de pequenas técnicas, procedimentos, fenômenos e mecanismos que constituem efeitos específicos e locais de desigualdades raciais (ALMEIDA, 2021, p.7).

A partir de Almeida, podemos compreender que o consenso que sustenta a hegemonia branca nesta sociedade racista está de acordo com uma das dimensões que apontamos, no item 2.2., como cruciais para a compreensão de ideologia: a unificação social dos sujeitos em torno de valores, crenças e atitudes que legitimam a dominação racial por meio do poder, da cultura, da violência e da reprodução dos mecanismos ideológicos da branquitude. Este é o ponto de partida para o tratamento do funcionamento ideológico da branquitude, que será discutido no próximo item desta dissertação.

Ainda se tratando das formulações de Silvio Almeida (2021), a partir da discussão até aqui, podemos chegar à talvez mais conhecida formulação da obra em tela. O autor nos apresenta três distintas concepções de racismo: **individualista**, **institucional** e **estrutural**. A concepção individual desta opressão, segundo o autor, a trata como uma patologia social, um fenômeno ético ou psicológico, uma irracionalidade, ou apenas como um preconceito de alguns indivíduos agindo isoladamente ou em grupo. Nesta teoria, a historicidade e reflexão crítica dão lugar à “(...) uma fraseologia moralista inconsequente - ‘racismo é errado’, ‘somos todos humanos’, como se pode ser racista em pelo século XXI?’, ‘tenho amigos negros’ etc. (...)” (ALMEIDA, 2021, p.37). O autor chama a atenção para a fragilidade desta concepção pois, ao enfatizar a natureza psicológica deste fenômeno, deixa-se de lado sua natureza política. O racismo, para Almeida, nesta concepção, manifesta-se principalmente na forma de discriminação direta. E, seguindo nesta linha, as suas principais formas de combate são a educação, conscientização e estímulo a mudanças culturais, pois, nesta pseudo-teoria, esta opressão está ligada ao

comportamento humano, logo, deve-se investir em mudanças comportamentais individuais.

Quanto à concepção institucional do racismo, Almeida considera um importante avanço nas teorias sobre o tema, pois trouxe à discussão o poder como elemento central da relação racial, inserindo essa discussão no campo da dominação (ALMEIDA, 2021). Nas palavras do autor:

No caso do racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade (ALMEIDA, 2021, p.40).

Portanto, nesta concepção, o racismo é visto dentro de um conflito social de disputa de poder, na tentativa da manutenção do grupo racial privilegiado (branco). Neste sentido, para Almeida “(...) o racismo não se resume a comportamentos individuais, mas é tratado como o resultado do funcionamento das instituições (...)” (ALMEIDA, 2021, p.37). O autor destaca que as instituições são responsáveis pela formulação de regras e padrões que “(...) privilegiam o grupo racial branco, um exemplo disso é a exigência de ‘boa aparência’ para se candidatar a uma vaga de emprego, que simultaneamente é associada a características estéticas próprias de pessoas brancas (...)” (ALMEIDA, 2021, p.46).

Para o autor, essa concepção aborda os conflitos raciais como parte das instituições, considerando que estas têm grande importância na consolidação da supremacia de um determinado grupo racial, ou mesmo nas disputas políticas, alterando correlações de forças. Nas palavras de Almeida:

O efeito disso é que o racismo pode ter sua forma alterada pela ação ou pela omissão dos poderes institucionais - Estado, escola, etc. -, que podem tanto modificar a atuação de mecanismos discriminatórios, como também estabelecer novos significados para a raça, inclusive atribuindo certas vantagens sociais a membros de grupo raciais historicamente discriminados. Isso demonstra que, na visão institucionalista, o racismo não se separa de um projeto político e de condições socioeconômicas específicas (ALMEIDA, 2021, p.41).

A compreensão institucional do racismo colocou importantes atores sociais no bojo das discussões sobre essa problemática. Entretanto, para o autor, ainda que as instituições reproduzam as condições e manutenção da ordem social, não são elas que criam o racismo, há uma estrutura social na qual o racismo é orgânico “(...) dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista (...)” ALMEIDA, 2021, p.47).

Em vista disso, Almeida situa a sociedade capitalista e seus conflitos, destacando a necessária implementação de práticas antirracistas efetivas dentro das instituições, para que as violências sofridas por sujeitos que são atravessados por marcadores como gênero, raça e classe sejam combatidas. No entanto, o autor ressalta que, embora seja extremamente importante ter mais pessoas negras em espaços de poder e decisão, se as instituições não adotarem uma verdadeira política de antirracismo, pouco ou nada será diferente, pois “(...) a viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade (...)” (ALMEIDA, 2021, p.50),

O racismo se expressa concretamente como desigualdade política, econômica e jurídica (...)” (ALMEIDA, 2021, p.50), definindo o denominado racismo estrutural, terceira e última concepção de racismo. O racismo se constitui como desigualdade estrutural, mas Silvio Almeida reitera que essa compreensão não retira a responsabilidade individual sobre condutas racistas, considerando que o racismo estrutural é processo político e histórico e deve ser combatido por todos, por meio de práticas antirracistas.

Compreendemos, então, que a teoria individualista do racismo se limita ao campo comportamental e moral na explicação e na proposta de resolução do problema, reduzindo a aspectos individuais uma questão que diz respeito a toda a sociedade. Portanto, mesmo parecendo criticar o racismo, esta é uma teoria ideológica que tenta ocultar o funcionamento real do racismo na sociedade de classes. A teoria do racismo institucional também é uma expressão ideológica. Esta teoria possui uma compreensão limitada sobre o papel das instituições no combate ao racismo, pois não abarca a totalidade das contradições sociais nas quais as instituições e os sujeitos estão inseridos, expressando, por exemplo, que apenas a presença de pessoas negras ou não brancas nas instituições já seria o suficiente no combate ao racismo.

Já o racismo enquanto processo político e histórico parte de todas as estruturas sociais, sejam elas instituições, ou relações, e deve ser combatido por todos os meios: individuais, institucionais e em políticas públicas (ações afirmativas, por exemplo), ou seja, sendo discutido e combatido pela sociedade como um todo. Diante disso, conforme

já indicado em Almeida, desnaturalizar e historicizar a noção de raça exige uma compreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

É nesta direção que caminha Rodrigues (2022). O autor, em trabalho sobre a ideologia do racismo, nos aponta que a burguesia, classe em ascensão na Europa por volta dos séculos XVII e XVIII, fez sua Revolução Industrial, modificando as bases sociais e, para isso, precisou criar mecanismos para justificar a colonização de territórios e escravização de pessoas, pois, segundo sua própria ideologia, todos os seres humanos seriam iguais e livres.

Então, para que alguns grupos e territórios pudessem ser explorados de forma intensa na chamada fase de acumulação primitiva do capital (RODRIGUES, 2022), determinadas características biológicas e étnico-culturais foram utilizadas para desumanizar seres humanos e suas culturas e escravizá-los. Neste sentido, o racismo cumpria seu funcionamento ideológico na distinção de seres humanos em raças: a expansão e desenvolvimento do capitalismo, às custas da vida de milhões de pessoas, agora então consideradas negras, indígenas e selvagens. Os colonizadores brancos passaram a imprimir a imagem de que os povos colonizados não tinham cultura, não eram civilizados, pois não eram brancos, portanto, não humanos⁸, passíveis de serem coisificados, animalizados, usados como combustível para a ascensão do capitalismo. Portanto, conforme já afirmamos com Almeida (2021), o racismo se estabelece como parte crucial da forma social capitalista. Nesse sentido, Rodrigues (2022), salienta que:

(...) o racismo surge no processo de formação do capital e não antes (...) justamente por isso que afirmamos que o racismo é produto de uma base estrutural muito bem determinada, um modo de produção escravista organicamente vinculado com o desenvolvimento e amadurecimento do capital industrial no centro do mundo burguês. É esse processo que cria as bases para uma internacional divisão racial do trabalho, a base real sobre a qual se ergue o monumental edifício ideológico do racismo. Não foi qualquer escravidão que produziu esse cenário, mas a escravidão negra moderna (RODRIGUES, 2022, p.153).

A escravidão racial surge com o capitalismo, portanto o racismo é produto da ascensão e desenvolvimento do modo de produção capitalista, o qual criou uma divisão racial do trabalho internacionalmente. Ou seja, a estrutura de produção material da vida

⁸ Este processo é complexificado ideologicamente pela defesa pela igreja católica de que os negros são humanos, mas é parte de seu destino no mundo pagar por pecados passados, como uma espécie de purgação para atingir a redenção.

no capitalismo, a base que sustenta a sociabilidade capitalista se ergue com e por meio do racismo. Neste sentido, compreendemos o racismo enquanto ideologia que compõe a totalidade social, permeando as relações e trocas, materiais e subjetivas, construindo a economia desigual e combinada do capitalismo dependente brasileiro⁹, conforme tratamos no item 2.1.

Como vimos no item supracitado, o capitalismo precisa do racismo para sustentar suas altas taxas de lucros por meio da superexploração a qual milhões de pessoas da América Latina e demais economias periféricas estão submetidas. O autor enfatiza que a ideologia do racismo é fundamental em todo o ciclo de crises e saída das crises do capitalismo. Nessa perspectiva, Rodrigues afirma que:

Como se pode observar, a ideologia do racismo é funcional na fase de “ida” (crescimento econômico) tanto quanto na fase de “volta” (recessão econômica e preparação para um novo ciclo de crescimento) da crise cíclica; seja como contra tendência da queda tendencial da taxa de lucro, garantindo as altas taxas de lucro e o “crescimento econômico”, seja como um dos pivôs dos processos de saída da crise (retirada de direitos historicamente conquistados, desemprego em massa, encarceramento em massa, violência generalizada, rebaixamento de salários etc.). Em todo o ciclo do capital, o segmento negro da sociedade é particularmente afetado, sendo a sua opressão uma determinante ferramenta de exploração da classe dominante burguesa (RODRIGUES, 2022, p.163)

Ou seja, a ideologia do racismo foi e ainda é essencial para a manutenção do capitalismo enquanto sistema econômico e social que se reproduz a partir da exploração dos trabalhadores, e, no Brasil, principalmente do segmento de mulheres trabalhadoras negras e indígenas. Nesse sentido, o autor salienta que:

A ideologia racista, que entrou pelos olhos, boca, ouvidos e emoções dentro, reconfigurando consciências, passa a atuar na vida concreta, passa também a determinar o movimento do real, ainda que sem deixar de ser determinada. Por isso, o estudo da questão racial é também central para a compreensão do movimento do real, pois as questões econômicas explicam a base, mas não a totalidade do processo, que passou a ser também racial (RODRIGUES, 2022, p.155).

⁹ Sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado ver: Michael Löwy, *Le marxisme en Amérique Latine*. Anthologie, Paris, Maspero, 1980, pp. 239-258 e 413- 423. Disponível em versão traduzida no Artigo publicado na revista *Actuel Marx*, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro. Disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf>

O movimento do real, da vida concreta, é determinado pelo racismo e o determina, em uma relação dialética entre economia e ideologia. Portanto, para analisar a relação entre racismo e ideologia é preciso considerar a totalidade do processo de produção e reprodução do capital, suas contradições e mediações existentes nesse movimento.

Para Rodrigues (2022), na análise da realidade brasileira, a mediação encontrada pela ideologia para ocultar o rígido sistema classificatório fenotípico é o mito da democracia racial. Para o autor, este mito opera ideologicamente justificando a desigualdade histórica e econômica a que está submetida a população negra, que está na base da pirâmide social que é o capitalismo. Nas palavras de Rodrigues:

No exato sentido de que o produto final (racismo) esconde o processo pelo qual ele foi produzido (acumulação primitiva de capital, sistema colonial e escravidão negra moderna e o capitalismo propriamente dito, industrial). Fazendo isso, torna-se possível apresentar o racismo como uma simples irracionalidade, como puro ódio, autonomizando o momento ideal e, sobretudo, abrindo margens para a caracterização eterna – para o passado e/ou para o futuro – desse particular e historicamente determinado fenômeno, naturalizando-o (RODRIGUES, 2022, p.157).

Para o autor, o processo ideológico do racismo esconde seus rastros históricos e, portanto, a origem das relações materiais sob as quais ele foi produzido, para que seja possível neutralizá-lo. Assim o racismo pode ser visto apenas uma questão de irracionalidade, de indivíduos que são racistas, na perspectiva do racismo individual já apontada por Almeida (2021). Para Rodrigues:

A ideologia do branqueamento combinada com o mito da democracia racial constitui, por fim, uma singularidade da ideologia do racismo no Brasil. A função primordial da ideologia do racismo é buscar apagar seus rastros históricos (fenômeno conhecido por nós como “mito da democracia racial”), mas, principalmente, os rastros contemporâneos e, nesse sentido, mais exatamente as suas mediações práticas, sobretudo no que tange a sua funcionalidade no processo de valorização de valor, eixo econômico central do modo de produção capitalista. Para fazer isso, a ideologia do racismo precisará inverter, ocultar, justificar, naturalizar e apresentar o particular enquanto universal (RODRIGUES, 2022, p.164)

Na totalidade social, o racismo é o particular, enquanto produto histórico do capital e no seu funcionamento ideológico, é apresentado como uma característica social universal, portanto, imutável. Para que a ideologia do racismo consiga inverter, ocultar, justificar e naturalizar esta opressão são empregadas diversas estratégias, cujo objetivo

final é a valorização do valor, ou seja, a reprodução do capital. Uma das mediações encontradas para isso foi a tentativa de embranquecimento da população brasileira, aliada ao mito da democracia racial, que afirma não existir racismo neste país, devido à miscigenação da população. Assim, a ideologia do racismo tenta ocultar sua existência ao mesmo tempo em que cria condições para que ela seja reforçada materialmente pelo capitalismo.

Entretanto, é fundamental observar que a ideologia não consegue cooptar totalmente a capacidade crítica dos sujeitos, pois a história da luta de classes é a história da exploração do capitalismo, mas também da resistência dos explorados, nas diferentes fases de desenvolvimento deste modo de produção no Brasil e no mundo. Conforme discutimos a partir de Eagleton (1997), no item anterior, a consciência está em constante disputa. Neste sentido, não podemos deixar de lembrar Frantz Fanon (1952), que declara:

Ao me dar conta de que o negro é símbolo do pecado, eu me vejo odiando o negro. Mas percebo que sou um negro. Para evitar esse conflito, existem duas soluções. Ou peço aos outros que não deem atenção à minha pele; ou, pelo contrário, quero que se deem conta dela. Então tento valorizar o que é mau - já que, irrefletidamente, admiti que o preto era a cor do mal. Para pôr fim nessa situação neurótica, em que sou obrigado a escolher uma solução doentia, conflituosa, alimentada por fantasmas, antagônica, desumana, enfim, resta-me apenas uma solução: pairar por cima desse drama absurdo que os outros montaram ao meu redor, descartar esses dois termos que são igualmente inaceitáveis e, por meio de um particular que seja humano, avançar rumo ao universal. (FANON, [1952], 2020, p.207-208).

Fanon declara que é necessário avançar rumo a um novo tipo de universal humano; consegue sentir no seu próprio corpo o que ele chama de universal, aquele cujas particularidades, corpo, subjetividade, diversidade e heterogeneidade sejam respeitados. Para isto, é necessária uma transformação social na forma de produzir e reproduzir a vida, que leve em consideração todas as lutas contra as opressões vivenciadas pelas trabalhadoras e trabalhadores, especialmente negras, indígenas e não brancas de todo o mundo. A superação desta ordem, da relação de exploração humana, cuja base cria ideologicamente o racismo e se sustenta por meio dele e das demais opressões, deve partir tanto da análise econômico social quanto racial e sexual.

A construção do universalismo colonial branco, que criou o “outro”, o não universal, o negro, o indígena, o não branco, está a serviço da continuidade desta sociedade dividida em classes. O racismo é uma expressão particular desta sociedade, que

o tem como base material e ideológica universal de um tipo ideal de ser humano. Nesse sentido, concorda-se com Rodrigues (2022), quando este declara que:

(...) nossa crítica à ideologia do racismo nos conduz para a inequívoca necessidade de superação das bases materiais que permitem que tais expressões ideológicas se manifestem e operem eficientemente, do ponto de vista prático, no movimento do real. Em poucas palavras, diríamos: é preciso superar a burguesia e o capitalismo para superar o racismo. Do ponto de vista da luta política organizada é importante afirmar: não parece fazer qualquer sentido existir uma ordem cronológica nessa afirmação, ou seja, são processos concomitantes. Quem é o sujeito dessa operação política? A raça! Mas o que seria a raça – uma invenção da modernidade – se não a própria classe, em sua dimensão mais afetada pelos efeitos destruidores e desumanizantes do capital? Por isso, o sujeito é a classe! Sim, a classe, que é a própria raça, com a sutil diferença de abrigar no seu interior mais alguns outros complexos parciais, ou ainda, falando de outro jeito, mais um punhado de outros punhos cerrados, de oprimidos e explorados, de oprimidas e exploradas, isto é, de camaradas, em luta, conscientes da difícil tarefa de destruição do capitalismo. Esse tipo de relação, inclusiva e não hierárquica, de raça e classe, chamaremos de raça em classe. (RODRIGUES, 2022, p.166)

Rodrigues destaca que a crítica ao racismo enquanto produto histórico-ideológico do capitalismo deve ser enfatizada no horizonte da crítica ao próprio sistema que o produz. O que o autor nos convoca a refletir é a necessidade verificar quem são os sujeitos racializados e qual lugar ocupam na divisão racial e sexual do trabalho no sistema capitalista, sem necessariamente envolver uma hierarquia ou ordem cronológica no combate às opressões. Assim sendo, defende a necessidade de combater a ideologia do racismo com a dialética histórico-materialista. Por isso pensar raça em classe formando as bases para o surgimento de novos homens e mulheres e demais gêneros, que contemplem, como nas palavras de Fanon “um particular que seja humano”, para que possamos avançar rumo ao universal.

Para tal, necessita-se da crítica às práticas racistas propagadas pela ideologia e, mais do que a crítica, a ação teórico-prática crítica - a práxis - revolucionária no cotidiano e nas lutas desenvolvidas em todos os âmbitos da vida social, incluindo os espaços de produção de conhecimento. Assim, a luta organizada da classe trabalhadora, que compreende os processos pelos quais o capitalismo se desenvolveu e se desenvolve por meio do racismo, tem mais chances de vencer nos enfrentamentos à ordem capitalista.

Para isso, precisamos analisar o funcionamento ideológico da branquitude suas mediações, particularidades e como ela contribui agindo sistematicamente para a

reprodução do racismo e do capital. Abordaremos estes pontos mais aprofundadamente no próximo item, 2.4 - Funcionamento Ideológico da Branquitude.

2.4 Funcionamento Ideológico da Branquitude

A partir do item 1.1 deste trabalho, compreendemos que a análise da branquitude está situada dentro de um amplo debate político e científico sobre o racismo no mundo todo, iniciada no centro do capitalismo mundial, os Estados Unidos da América. Posto que discutir branquitude é buscar compreender como as características da condição social das pessoas brancas se manifestam na reprodução do racismo, no Brasil, autoras e autores que vêm produzindo pesquisas sobre o tema apontam importantes elementos a serem considerados nessa análise. Essas relações raciais tanto no Brasil, quanto no mundo, estão calcadas em uma sociabilidade que hierarquiza e atribui mais ou menos status social conforme as pessoas se aproximam ou se distanciam do modelo ideal de brancura, cuja referência é sempre o "branquíssimo" dentro da hierarquia da própria branquitude (SCHUCMAN, 2020). A força ideológica do racismo e do sistema de estruturação da branquitude, cujo nó central é a ideologia de superioridade em todos os aspectos, está calcada no imaginário social como natural e universal e precisa manter-se assim para a reprodução do racismo e do capitalismo.

Assim, pensar sobre a ideologia da branquitude no Brasil é considerar a totalidade que compõe a sociedade brasileira, os legados da escravidão tanto para a população negra quanto para a branca, as tentativas de embranquecimento, o ideário da democracia racial, bem como as relações de trabalho contemporâneas e suas formas de legitimação. A burguesia precisa ocultar a contradição de que, apesar da propagação da ideia de que todos os seres humanos são livres e iguais, ela é parcela que cresce e enriquece com a superexploração das pessoas desumanizadas pelo racismo. Considerando especificamente o Brasil, reiteramos que está inscrito no conjunto de países cuja população negra e indígena é superexplorada devido ao capitalismo de economia periférica em relação aos países centro do sistema, como já trabalhado no item 2.1 deste capítulo.

Essa desigualdade racial é necessária para o capitalismo e por isso nossa hipótese é que a ideologia da branquitude oferece formas ilusórias para explicá-la e, conseqüentemente, lidar com ela. Então, por exemplo, naturaliza-se a superioridade “estética” da branquitude, sendo este “um dos traços fundamentais da construção da branquitude no Brasil” (FANON, 1980, apud SCHUCMAN, 2020, p.68). O nosso objetivo neste item é analisar tal funcionamento.

Em outras palavras, nossa hipótese é de que, seguindo a literatura discutida neste trabalho, há uma espécie de “neutralidade” da branquitude em relação à sua racialização, entretanto, ainda que se mostre supostamente neutra - ou em termos ideológicos - naturalizada, a branquitude é uma ideologia que molda uma identidade marcada racialmente. A diferença, em relação aos sujeitos racializados como negros e indígenas, reside no fato de que aos sujeitos brancos é dado o poder de escolher evidenciar essa racialização ou não. Assim, para pessoas brancas não é necessário que a branquitude seja mencionada, a não ser que lhes convenha, posto que a branquitude se utiliza da construção ideológica da sua identidade social como norma e padrão enquanto outros grupos são vistos ora como desviantes, à margem ou inferiores (SCHUCMAN, 2020). Porém, é preciso destacar que, sendo parte da ideologia burguesa, a branquitude não é homogênea, pois se estrutura a partir de diferentes contextos econômicos e sociais, inclusive dentro do mesmo país.

Já tendo exposto os efeitos políticos da branquitude, neste ponto buscamos aplicar os traços da ideologia tratados neste capítulo, para aprofundar a caracterização da branquitude como ideologia. Para isso, tomamos como referência os autores e as discussões que até aqui nos mostraram que em uma sociedade desigual a ideologia é necessária para criar uma coesão social em torno das ideias e valores próprios dessa sociedade. A perspectiva apresentada nos itens anteriores deste capítulo nos mostra que a branquitude e o racismo, enquanto ideologias, não são apenas ideias de brancos, ou uma questão individual de alguns grupos, mas sim uma elaboração da materialidade vivenciada na sociabilidade capitalista.

O racismo se associa à branquitude para sustentar um modo de produção específico em que pessoas são desumanizadas, escravizadas e superexploradas; ele se constitui enquanto normalidade da vida social capitalista e, portanto, parte da ideologia dominante. Para analisar como a branquitude se sustenta enquanto expressão da ideologia burguesa contemporaneamente, buscamos compreender ponto a ponto o que foi sintetizado por Eagleton (1997), e trabalhado nos itens anteriores como pontos-chaves para a compreensão de ideologia. Retomamos esses pontos:

Segundo Eagleton, as ideologias são “(..) unificadoras, orientadas para a ação, racionalizantes, legitimadoras, universalizantes e naturalizantes (...)” (EAGLETON, 1997, p.50). Segundo o autor, para se sustentarem no cotidiano social de uma determinada época histórica, as ideologias se utilizam de seis estratégias. Essas estratégias envolvem ações com o intuito de:

- 1) promover crenças e valores compatíveis com a ordem dominante;
- 2) naturalizar crenças e valores da ordem dominante;
- 3) universalizar tais crenças de modo a torná-las óbvias e aparentemente inevitáveis;
- 4) desacreditar ideias que possam desafiar a ordem estabelecida;
- 5) excluir formas rivais de pensamento, mediante lógicas não declaradas, mas sistemáticas;
- 6) obscurecer a realidade social de modo a favorecer a manutenção desta ordem.

Essas características e estratégias estabelecem entre si interações complexas e, muito frequentemente, se apresentam ao mesmo tempo, veiculadas pela mídia, redes sociais, família, escola, etc (EAGLETON, 1997, p.19). Analisaremos mais adiante neste item como a ideologia da branquitude se encaixa nessas características e estratégias. Para esta análise, compreendemos também que ideologia é um fenômeno objetivo e subjetivo produzido pelas condições objetivas da existência social dos indivíduos (CHAUÍ, 2008, p.78). E, conforme a autora, ideologia significa também a separação da produção das ideias das condições sociais históricas nas quais essas ideias são produzidas. Passemos agora à discussão das características da ideologia apontadas por Eagleton (1997).

Quanto aos aspectos da naturalização e universalização no contexto de desenvolvimento do capitalismo periférico brasileiro, tendo a branquitude e o racismo como centrais para este processo, compreendemos que há uma necessidade da manutenção dessa estrutura social racista. Para isso a ideologia da branquitude naturaliza as posições de poder ocupadas por pessoas brancas, utilizando a estratégia da promoção da crença sobre os traços fenotípicos como cor de pele, largura do nariz, tipo de cabelo etc, típicos de pessoas com ascendência europeia serem os mais belos, admiráveis e dignos de estar em posições de destaque social. A ideologia da branquitude universaliza seus traços fenotípicos e culturais pois, para a manutenção desta sociabilidade, é necessária uma coesão social em torno dos valores branco-burgueses que exaltam a estética branca.

Essa coesão social se relaciona com a naturalização da crença de que quanto mais próxima à origem europeia uma pessoa está, tanto em termos de traços físicos quanto culturais, mais bonita, inteligente e elegante ela é, portanto, é natural que ela esteja em espaços de poder e decisão e/ou vivendo confortavelmente. Sabemos que diversos estudos apontam para uma maior qualidade de vida de pessoas brancas em relação às pessoas negras e indígenas, considerando os aspectos educacionais, de habitação,

saneamento básico, renda, lazer e etc., neste sentido, como a ideologia emerge da realidade, a naturalização da desigualdade racial é essencial para que a branquitude se mantenha como grupo social privilegiado.

Ao estigmatizar em estereótipos racistas uma grande parcela da população brasileira que não é branca, a ideologia da branquitude também precisa convencer esses mesmos sujeitos de que sua condição de desigualdade racial é natural. Nesse convencimento, entre outras estratégias, a branquitude promove os valores que exaltam a beleza das pessoas brancas, em especial as consideradas “branquíssimas” (SCHUCMAN, 2020), atribuindo, ao mesmo tempo, significados negativos aos traços fenotípicos negros e indígenas. Ao atuar no apagamento histórico das diferentes culturas indígenas existentes no Brasil, por exemplo, a ideologia branquitude promove a crença de que tudo o que deve ser considerado bom e desejável está ligado unicamente ao grupo social branco.

No que diz respeito à característica da legitimação, a branquitude legitima a crença de que os integrantes de seu grupo social são superiores a partir da realidade vivenciada pela burguesia branca mundial e também a brasileira, na qual ambas desfrutam de todas as riquezas produzidas socialmente no Brasil e no mundo. No ranking de bilionários no mundo todo, incluindo os 10 brasileiros mais ricos em 2023, todos são brancos, em sua maioria homens brancos¹⁰

A partir desse dado empírico de nível de riqueza, a ideologia da branquitude imprime no imaginário social a ideia de riqueza associada às pessoas brancas, buscando ocultar o fato de que a burguesia branca enriqueceu em um contexto de superexploração de pessoas negras e indígenas. Com esse ocultamento do processo de exploração, a branquitude se constroi subjetivamente, fazendo com que sua legitimação, enquanto grupo social superior seja considerada natural. Para ocorrer esse processo, a branquitude conta com dados que indicam que quem está na linha da pobreza e extrema pobreza no Brasil, com as piores condições de moradia, trabalho, renda, educação e outros, são negros e negras (IBGE, 2022). A realidade de desigualdade racial é mistificada pela ideologia da branquitude, sob a justificativa de que a superioridade racial branca é legítima. Essa mistificação, em maior ou menor grau, se reproduz na consciência de todos e contribui na própria aceitação e reprodução desta realidade.

¹⁰ Sobre esse ranking mais informações em: <https://www.forbes.com/real-time-billionaires/#17418f4a3d78>

Uma das características ideológicas apresentadas por Eagleton (1997), é de que ideologias são racionalizantes. É possível observar essa característica na ideologia da branquitude a partir da desumanização de corpos e existências que divergem do seu modelo de humanidade, ou seja, a partir do processo de racialização. A ideologia da branquitude racionaliza o racismo ao promover a crença de que há diferenças nas capacidades cognitivas de seres humanos com base em seu pertencimento étnico-racial, por exemplo.

Segundo Cardoso (2020, p.39) ser branco fruto da herança colonial é “(...) ser ‘cego’ sobre si e, ao mesmo tempo, possuir uma imagem distorcida a respeito do Outro” (CARDOSO, 2020, p.39). Cardoso referencia-se em Frantz Fanon para compreender como o complexo de dependência e inferioridade se estabelece entre colonizador e colonizado, fazendo com que o colonizado ao se olhar no espelho enxergue-se como colonizador, rejeitando a própria humanidade. Ao fortalecer processos de consciência e subjetividades com base no racismo, a branquitude trabalha ideologicamente para a racionalização da manutenção de seus privilégios materiais e simbólicos, em detrimento da maioria da população que vivencia a violência racial sistemática a qual culmina, entre outros desdobramentos, na superexploração.

Para *unificar* a sociedade capitalista em torno de crenças e valores racistas, a ideologia da branquitude busca cimentar as contradições sociais e raciais, para que não haja nenhuma ruptura dos valores exaltados pelo capitalismo – meritocracia, por exemplo. Essa unificação envolve violências de toda ordem, como os altos índices de violência obstétrica contra mulheres negras; violência contra povos indígenas por meio do garimpo ilegal ou agronegócio e seus desmatamentos; encarceramento em massa de jovens negros; apagamento intelectual da contribuição negra no país, entre outras violências materiais e simbólicas que ocorrem sistematicamente contra populações negras e indígenas que vivem nas grandes cidades e no meio rural.

Ao produzir discriminação sistemática baseando-se no conceito de raça, a ideologia da branquitude unifica a sociedade em torno da legitimação das violências raciais. Assim, ao promover discursos como “mulheres negras são fisicamente mais fortes então não precisam de anestesia na hora do parto”, ou “jovens negros são mais propensos ao crime, por isso são a maioria no sistema penitenciário”, a ideologia tenta obscurecer a realidade social, para que tais práticas não sejam questionadas, pois, como tratamos a partir de Chauí (2008, p.64), na ideologia as ideias aparecem como uma representação invertida do real, onde a origem é consequência. Assim, mistificando as explicações sobre

a realidade, observamos que a branquitude está constantemente lançando mão de estratégias para unificar a sociedade em torno da crença de superioridade racial branca. Nesse sentido, disputa para si o processo de consciência de trabalhadores e trabalhadoras, para que as contradições desta sociedade não sejam expostas/questionadas. Essa mistificação atinge em diversos níveis a consciência de todos, tanto na crença da legitimação da superioridade racial branca, quanto na crença de inferioridade racial negra e indígena.

Ao mesmo tempo em que a ideologia precisa difundir essas crenças, também precisa ocultar as desigualdades raciais, para que a realidade não seja apresentada como ela é e sim invertida, como já afirmamos. Em consequência, através dos ideólogos da branquitude, foram construídas narrativas que endossam a existência de uma democracia racial no Brasil. Esse mito, difundido pela branquitude, faz parte da estratégia de excluir formas rivais de pensamento, mediante a lógicas não declaradas, mas sistemáticas (EAGLETON, 1997, p.50). Ou seja, a branquitude perpetua, por todos os meios possíveis, o discurso que defende, em linhas gerais, a inexistência de racismo no Brasil e de que há uma plena harmonia social entre todas as raças por causa da grande miscigenação do país. Enquanto ideologia, a branquitude atua sistematicamente para excluir as possibilidades de crítica a esse mito. Aliada a essa estratégia, ainda se utiliza das suas posições de poder em todos os espaços para fomentar o descrédito na ideia de que Brasil é um país com uma enorme desigualdade racial, buscando ocultar essa realidade. O pacto narcísico tratado por Bento (2002) também faz parte deste processo.

Sendo assim, damos ênfase no discurso da meritocracia (que já foi abordada brevemente neste capítulo) como mais um exemplo no qual está presente a ideologia da branquitude. No discurso meritocrático da ideologia da branquitude, frequentemente há uma defesa de que os colonizadores “trabalharam duro” para que hoje seus filhos e netos desfrutassem de riquezas e prestígio social. Para fazer esta discussão recorreremos a um trecho da pesquisa de Schucman:

Lia: No Brasil, os cargos de maior prestígio, como profissionais liberais, senadores, deputados, médicos, empresários, advogados, são em sua maioria de brancos. Você acha que tem alguma razão para isso? Marcelo: Eu acho que é a cultura. Por exemplo, minha avó é italiana, filha de italianos, ela veio da Itália, e eles eram pobres, mas sabiam como fazer tijolos, montaram uma olaria. Ganharam dinheiro, ficaram ricos. Minha avó foi trabalhar como faxineira de colégio público, criou três filhos sem pedir nada pra ninguém, colocou o lance da educação como única solução pra eles saírem de uma situação desconfortável de limitação de roupa, comida, o próprio estudo. Então sempre impôs uma conduta ética, moral e de valores, que é o que fez toda a

diferença. Acho que é mais o lance da cultura, dos valores, da ética, da educação, do que um pai ensina para um filho, do que a cor em si (SCHUCMAN, 2020, p. 131. Grifos da autora).

Este trecho ilustra o que apontamos, a partir de Chauí, da ideologia como inversão da realidade. Esta compreensão da razão pela qual pessoas brancas ocupam lugares de destaque na sociedade, expressas na opinião do entrevistado, refletem a análise da ideologia, recuperada por Chauí, como sendo as ideias dos homens representando o modo como a realidade lhes aparece na experiência imediata, e não a realidade material concreta nas quais essas ideias foram produzidas. Ou seja, o modo como a sociedade está organizada faz o entrevistado entender a realidade como ela lhe aparece: sua avó “trabalhando duro” sem pedir nada a ninguém e assim ficando rica, a questão da cultura do trabalho árduo e honesto, valores liberais da sociabilidade capitalista.

Este recorte de entrevista nos permite ainda discutir a branquitude como ideologia a partir dos traços de naturalização, universalização e legitimação propostos por Eagleton (1997). Observamos aqui a universalização da ideia de que pessoas brancas merecem estar nos espaços de poder pois se esforçaram mais para isso. Em vista disso, há a naturalização e legitimação da branquitude como universal, pois o entrevistado utiliza o exemplo da sua avó e de sua família de italianos para explicar por que a maioria desses cargos são ocupados por pessoas brancas. A ideologia contida nesta compreensão oculta o fato de que, por serem uma família branca de descendência e ascendência europeia, não existiram inúmeras barreiras de raça para que eles ultrapassassem. Pelo contrário, muitas das oportunidades que lhes foram dadas, inclusive para que pudessem desenvolver um trabalho árduo e honesto, só existiram porque eram uma família com tal configuração racial; a ideologia da branquitude inverte essa noção. Assim também essa compreensão é ocultada pelo mito da democracia racial.

Por fim, podemos analisar a ideologia da branquitude a partir da característica de *orientar a ação* dos sujeitos sociais. Posto que as discussões trazidas no item 1.2 mostram que no campo da saúde, racismo e branquitude nos processos de trabalho ainda são temas pouco pesquisados, tomamos como exemplo a pesquisa realizada por Rocha, Torrenté e Coelho (2018), com trabalhadores da saúde mental no SUS.

Entre alguns achados da pesquisa desses autores está o silêncio por parte dos entrevistados durante o transcorrer da entrevista. Esse silêncio, segundo os autores, se dá quando o assunto discutido é a definição do fenômeno do racismo como componente do processo de trabalho (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.109). O silêncio, para

os pesquisadores, “(...) soava entre a dúvida e a necessidade de pensar cuidadosamente nas respostas de cunho ‘certo’ ou ‘errado’ (...)” (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.109), pois tratava-se de um cuidado direcionado a uma população majoritariamente negra (realidade de Salvador/BA) que sofria os estigmas do racismo, da pobreza e da loucura (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018). Em razão disso, podemos compreender que há uma dificuldade para tratar o assunto do racismo. Sabendo que a ideologia da branquitude difunde ideias de superioridade e inferioridade racial, de que beleza, poder e felicidade são inerentes às pessoas brancas enquanto pobreza, sofrimento e feiura às pessoas negras e indígenas, entre outras afirmações e mecanismos ideológicos, compreendemos que todos os trabalhadores e trabalhadoras estão sob influência ideológica consciente e inconscientemente. Assim, ao não discutir a pauta racial por causa do medo do que essa discussão pode trazer à tona, ou mesmo, ao não se comprometer com a pauta racial no cotidiano do trabalho, os/as profissionais estão agindo de acordo com a ideologia da branquitude. Pois esta ideologia orienta a um ocultamento das contradições raciais, para que a ordem social dominante se mantenha intacta.

A pesquisa em questão mostrou também que os profissionais compreendiam que o racismo poderia se manifestar nos processos de trabalho de forma direta e em práticas veladas e sutis, fazendo com que nem sempre seus perpetuadores assumissem a consciência sobre a ação racista (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.110). Segundo os autores há uma compreensão por parte destes profissionais de que os pensamentos de cunho racistas podem, em algum nível, influenciar suas práticas e reverberar na execução voluntária ou involuntária do racismo no cotidiano de trabalho (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.112). Ainda assim, ficou evidente que há dificuldades na execução de mudanças concretas nos processos de trabalho dos profissionais entrevistados, mesmo eles tendo consciência do fenômeno do racismo (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.112). A pesquisa ressalta ainda que estas dificuldades se dão pelos sofrimentos das situações de racismo carregados pelos próprios profissionais ou pela enorme diferença nos modos de vida que se apresentam na relação entre profissionais e usuários (ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p.117).

A partir da compreensão da branquitude enquanto ideologia e o que tratamos até aqui, podemos inferir que, quando a prática de um/a profissional é direcionada a não considerar o racismo como fator de agravamento do sofrimento psíquico, ela está sendo orientada ideologicamente pela branquitude. Assim como foi apontado pelos estudos encontrados no item 1.2 que referem esse atravessamento nas práticas em saúde. No que

diz respeito aos/as profissionais brancos/as, o que está oculto nessa orientação tem relação com o pacto narcísico da branquitude (BENTO, 2002). Neste sentido, retomamos a pesquisa utilizada como exemplo, destacando que:

(...) é preciso cuidar para não silenciar o sofrimento que advém da experiência de sofrer racismo, de maneira a não reendossar a postura socialmente mais comum, que é a de fingir ou negar a existência da opressão que aí se instala (...) SANTOS SOUZA, 1983, apud ROCHA; TORRENTÉ; COELHO, 2018, p. 121)

Desse modo, os profissionais de saúde precisam estar atentos às questões raciais no cuidado às populações não brancas, sob risco de endossar práticas racistas. A pesquisa em questão exemplifica que os profissionais da saúde mental conseguem ter consciência de que o racismo está presente na sociedade e, portanto, em seus processos de trabalho. Entretanto, o processo ideológico da branquitude que subjetiva a consciência tanto de profissionais brancos quanto de negros, faz com que a tarefa de alterar essas práticas seja difícil, pois a ideologia da branquitude orienta a ação de todos em direção às práticas racistas ou, no caso de profissionais negros e negras, na reprodução do racismo. E a parcela negra e indígena da classe trabalhadora, bem como seus filhos e netos, ao chegar em um serviço de saúde inserido no SUS, estará sujeita a vivenciar os efeitos da ideologia da branquitude, por mais que existam princípios, diretrizes e normativas que orientam o trabalho das/os profissionais nestes serviços.

Diante do exposto, retomamos a compreensão de que branquitude enquanto ideologia, não tem significado intrínseco, posto que é produto histórico e relacional, contendo camadas complexas que variam localmente com outros eixos de privilégios que modulam ou modificam o privilégio racial de pessoas brancas (SCHUCMAN, 2020, p.73). Neste sentido, a capacidade de exercer autorreflexão, ou podemos compreender também como a capacidade crítica de desvelar a máscara ideológica que encobre as crenças de superioridade racial e os privilégios dela oriundos, para nós é o que o autor Lourenço Cardoso denomina de branquitude “crítica” (CARDOSO, 2010). É preciso pontuar também que considerando a consciência como um território em disputa, como vimos com Eagleton (1997) no item 2.2, a ideologia da branquitude faz com que pessoas brancas que ora possam exercer reflexão crítica quanto às questões raciais e a sua própria formação enquanto sujeito branco/a, ora possam expressar o racismo.

Portanto, a ideologia da branquitude não é uma questão individual de alguns brancos. Ela se inscreve no campo estrutural da sociedade, assim como o racismo, posto

que estão interligados, como nos mostrou Almeida (2021), em relação ao racismo como parte da estrutura do capitalismo. Em vista disso, consideramos a branquitude, enquanto ideologia, uma mediação utilizada pela burguesia branca brasileira. Em última análise, ela emerge de um contexto de desenvolvimento desigual e combinado do tipo de capitalismo existente no Brasil, cuja centralidade está na superexploração de trabalhadoras e trabalhadores negras, negros e indígenas, afetando em algum grau toda a classe trabalhadora.

Considerações Finais

Este trabalho buscou alcançar, como objetivo geral, analisar, no âmbito da sociabilidade capitalista no Brasil, o funcionamento ideológico da branquitude, oferecendo subsídios para a compreensão da reprodução do racismo na formação e atuação em saúde. Para cumprir com este objetivo, a dissertação se organizou em dois capítulos. No item 1.1, discuti, a partir da literatura, a conceituação de branquitude trazendo as particularidades da formação social do país, tendo como pano de fundo a crítica ao racismo reproduzido pela existência da branquitude. A branquitude é associada a um lugar de privilégios materiais e simbólicos que variam de acordo com o “grau” de brancura, região do país, classe social e outros eixos de privilégios ou subordinação aos quais pessoas brancas estão submetidas. Para pessoas brancas, não é necessário que a branquitude seja mencionada, a não ser que lhes convenha, pois é uma identidade que se tornou norma e padrão socialmente desejável, ou seja, neutra e universal.

O item 1.2 deste mesmo capítulo apresentou um breve panorama do tratamento da branquitude na literatura em saúde, sobretudo no campo da saúde mental, contextualizando, desta forma, a materialidade do surgimento do meu desejo em pesquisar sobre o tema, visto que fui trabalhadora do Sistema Único de Saúde na Residência Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e sou uma mulher branca. O item desenvolveu uma breve abordagem sobre as discussões do racismo no campo da saúde nas produções científicas encontradas em duas bases de dados que relacionam branquitude e saúde no Brasil. A pesquisa demonstrou que há pouca produção relacionando esses temas, em especial o tema da branquitude na saúde. Entretanto, foi possível identificar que, no campo da saúde, o tema do racismo se manifesta principalmente nas produções que tratam da saúde mental, devido ao impacto que esta opressão imprime nas condições de saúde dos sujeitos atingidos, particularmente no que se refere aos sofrimentos psíquicos.

O segundo capítulo da dissertação analisou o tema da branquitude e do racismo enquanto ideologia e a base material que o sustentam, o capitalismo de economia periférica brasileira. O capítulo, dividido em quatro itens, buscou demonstrar como a branquitude é ideológica, possuindo um funcionamento específico dentro da sociedade brasileira. Por meio de estudos anteriores sobre o tema da exploração do trabalho desde o período escravista, o item 2.1 tratou sobre o racismo como produto das necessidades de expansão e sustentação do modo de produção capitalista pela superexploração do

trabalho. Já o item 2.2 trouxe uma discussão sobre o que é ideologia. Baseando-se na perspectiva materialista-histórico-dialética (MHD), o item tratou de algumas características e estratégias comuns das dimensões da ideologia no capitalismo, como a orientação para a ação, racionalização, legitimação, universalização e naturalização de ideias, crenças e valores que unificam a sociedade em prol da continuidade da exploração racista-capitalista-heteropatriarcal. O capítulo trabalhou ainda a compreensão de que a ideologia consiste na separação da produção das ideias das condições sociais históricas; e na inversão de que as ideias, e não a vida social material como um todo, são a origem das relações sociais. Assim, no item 2.3, foi possível compreender a ideologia do racismo como estrutural no sistema capitalista, fundamental para a sua manutenção, surgindo daí a necessidade de se confrontar criticamente o funcionamento ideológico da identidade social que criou o racismo: a branquitude. Neste sentido, o capítulo finaliza com a discussão no item 2.4 sobre por que a branquitude é uma ideologia, a partir da compreensão do funcionamento ideológico desta identidade, seus aspectos particulares, ou seja, os pontos que a fazem ser uma identidade normativa que oculta as contradições raciais e de classe, constituindo-a enquanto parte da ideologia dominante.

Compreende-se que a desigualdade racial existe e é empiricamente visível, por isso a ideologia da branquitude cria mecanismos por meio do racismo para justificá-la. Neste sentido, a ideologia da branquitude possui características próprias, como a naturalização das relações raciais desiguais, que justifica a superexploração de mulheres e homens negras e negros, indígenas e, em última análise, toda a classe trabalhadora. A ideologia da branquitude universaliza seus traços fenotípicos e culturais pois, para a manutenção desta sociabilidade, é necessária uma coesão social em torno dos valores branco-burgueses que exaltam a estética branca. A realidade de desigualdade racial é mistificada pela ideologia da branquitude sob a justificativa de que a superioridade racial branca é legítima. Essa mistificação, em maior ou menor grau, se reproduz na consciência de todos e contribui na própria aceitação e reprodução desta realidade. Ao fortalecer processos de consciência e subjetividades com base no racismo, a branquitude trabalha ideologicamente para a racionalização da manutenção de seus privilégios materiais e simbólicos, em detrimento da maioria da população que vivencia a violência racial sistemática a qual culmina, entre outros desdobramentos, na superexploração. Para unificar a sociedade capitalista em torno de crenças e valores racistas, a ideologia da branquitude busca cimentar as contradições sociais e raciais, para que não haja nenhuma ruptura dos valores exaltados pelo capitalismo, entre eles a meritocracia. Assim, ao não

discutir a pauta racial por causa do medo do que essa discussão pode trazer à tona, ou mesmo, ao não se comprometer com a pauta racial no cotidiano do trabalho, os/as profissionais estão agindo de acordo com a ideologia da branquitude. Pois esta ideologia orienta a um ocultamento das contradições raciais, para que a ordem social dominante se mantenha intacta. O item 2.4, portanto, assim como toda a dissertação, objetiva ser uma crítica à branquitude enquanto ideologia que sustenta o racismo e possibilita a superexploração da classe trabalhadora brasileira, que é em sua maioria preta, parda (negra), indígena, ou seja: não branca.

Diante do exposto, este trabalho finaliza compreendendo que a ideologia é um fenômeno objetivo e subjetivo, produzido pelas condições materiais de existência dos sujeitos, mediada, no capitalismo, por processos contraditórios. Em vista disso, consideramos a branquitude, enquanto ideologia, uma mediação utilizada pela burguesia branca brasileira. Em última análise, ela emerge de um contexto de desenvolvimento desigual e combinado do tipo de capitalismo existente no Brasil, cuja centralidade está na superexploração de trabalhadoras e trabalhadores negras, negros e indígenas, afetando em algum grau toda a classe trabalhadora.

O funcionamento ideológico da branquitude serve, segundo nossas conclusões, para ocultar as raízes das desigualdades e da superexploração, colaborando para a manutenção de uma hierarquia racial que atribui privilégios e vantagens quanto mais próximo se está, ou se consegue chegar, das características da identidade branca. Incide, assim, particular e diretamente na qualidade de vida e de saúde das trabalhadoras negras, negros e indígenas, contribuindo para o rebaixamento do valor da sua força de trabalho. Ou seja, obviamente que a fração não branca da classe trabalhadora é a que mais sofre pela existência da ideologia da branquitude. Mas a precariedade do trabalho, diante de um salário que não consegue dar conta nem sequer do mínimo para sobrevivência de negras, negros e indígenas, também afeta a parcela branca da classe, atingida pelo rebaixamento mencionado. Em outras palavras, a superexploração a que está submetida toda a classe trabalhadora brasileira é legitimada pela ideologia da branquitude e do racismo que sustenta o capitalismo periférico brasileiro. Logo, podemos afirmar que os reais beneficiados da ideologia da branquitude são aqueles que detêm as riquezas expropriadas dos trabalhadores que as produziram nas fábricas, no setor de serviços, nas terras que foram roubadas dos povos indígenas e transformadas em lucro para o agronegócio, entre tantas outras formas de exploração e expropriação de riquezas praticada no Brasil.

Essa superexploração tem relação direta com o processo saúde-doença-cuidado da classe trabalhadora. Como tratamos no item 1.2 deste trabalho, a saúde tem relação com um conjunto de fatores, não se referindo apenas a ausência de doenças. Assim sendo, as iniquidades em saúde se referem a um conjunto de atravessamentos, nos quais a ideologia da branquitude se insere. Essa ideologia produz no Brasil, tanto através da superexploração diretamente (baixos salários, adoecimento por falta de condições dignas de moradia, falta de saneamento, subnutrição, etc), quanto pelos serviços de saúde precarizados - que são utilizados pelos trabalhadores superexplorados - um ciclo de sofrimentos psíquicos para os sujeitos racializados como negros e indígenas, principalmente quando esses espaços de cuidado não conseguem acolher as demandas decorrentes dos atravessamentos da branquitude e do racismo.

Diante disso, o campo da saúde mental terá contornos da relação com a branquitude e com o racismo, pois as subjetividades construídas por essas ideologias produzem vivências que ficam marcadas história de vida de usuários e profissionais no SUS. As práticas de cuidado e processos de trabalho nos serviços de saúde precisam ser trabalhadas em uma dimensão anti-ideológica. Para tanto, a criação de espaços de discussão e reflexão crítica que retirem as máscaras ideológicas que encobrem as desigualdades raciais nesta sociedade se faz urgente e decisiva para o alcance dos princípios do SUS e para o efetivo cuidado com a população trabalhadora negra e indígena deste país.

Neste sentido, compreendemos que para a superação da dominação racial exercida pelo capitalismo nesta sociedade é necessária uma crítica contundente à ideologia da branquitude e ao racismo como forma de materialização dos valores e ideais branco-burguesas. Aliada à crítica, uma práxis que contribua para as lutas e organizações da classe trabalhadora contra o racismo e a exploração humana pelo capital.

Assim, é preciso que o tema da branquitude enquanto parte da ideologia burguesa e suas manifestações seja aprofundado cada vez mais em novos estudos, assim teremos mais subsídios qualificados para criar estratégias de enfrentamento ao racismo, contribuindo para a desnaturalização dessa opressão. É preciso que mais pesquisadoras e pesquisadores comprometidos com as lutas da classe trabalhadora, cuja centralidade é a questão da raça em classe - como tratou um dos autores discutidos neste trabalho - se dediquem a discutir a relação entre a ideologia burguesa, a branquitude brasileira e a formação socioeconômica do Brasil.

Outros estudos possíveis englobam a ideologia da branquitude e a relação com a violência de gênero e obstétrica contra mulheres negras e indígenas, mães, com distintas identidades de gênero e orientação sexual, no âmbito do trabalho informal e/ou dos movimentos sindicais e organizações políticas. Neste sentido, lembramos que após meia década o assassinato da vereadora Marielle Franco (14/03/2018), que desempenhava um papel de extrema relevância na luta político institucional partidária contra o racismo e inúmeras violações de direitos, que era negra, bissexual, mãe e oriunda de umas das maiores favelas do Rio de Janeiro, ainda não foi devidamente solucionado. As perguntas “quem mandou matar Marielle e por quê” seguem sem respostas.¹¹

A ideologia da branquitude opera, neste sentido, para ocultar que o sistema de justiça está unificado em torno de valores e atitudes que legitimam a violência racista e heteropatriarcal, uma vez que sua morosidade faz parte da lógica de manutenção da ordem capitalista, servindo para excluir formas rivais de pensamento mediante a lógicas não declaradas mas sistemáticas.

Por fim, evidencia-se como necessário tratar do racismo e da branquitude cada vez mais na educação da classe trabalhadora, nas instituições de ensino em todos os níveis, para que possamos confrontar os valores e ideias que não servem à nossa classe, embora tais ações não sejam suficientes para a superação do racismo, conforme demonstramos ao longo da dissertação. Falando da posição de trabalhadora branca, que possamos, enquanto trabalhadores brancas e brancos, sermos verdadeiros aliados na luta antirracista, compreendendo nosso papel crítico dentro deste cenário e nos posicionando contra o racismo, ao analisarmos que a ideologia da branquitude nos formou em meio a vantagens e benefícios em relação às nossas companheiras negras, negros e indígenas. Também é desejável que possamos entender que a ideologia da branquitude nos leva, em vários níveis, a ter índices de qualidade de vida melhor do que trabalhadores não brancos, ainda que dentro de um contexto de superexploração da classe trabalhadora como um todo na periferia do capital.

¹¹ “Meia década se passou desde que nos tiraram Marielle Franco. Os 5 anos mais difíceis de nossas vidas. Mais difíceis com Bolsonaro. Pior ainda com a pandemia. Mas graças ao apoio de muitas pessoas, trabalhamos duro para manter viva a luta por justiça, memória, legado e sementes de Marielle.” Fonte: Instituto Marielle Franco. Disponível em: https://apoie.institutomariellefranco.org/?gclid=CjwKCAjwzJmlBhBBEiwAEJyLu0qB1Ed2KHOV33IIDwOtS2tkKJ9M6pGYX9PxPazePhRAAyHH7uMuxxoCbs8QAvD_BwE

Assim, a solidariedade de classe, contra a qual a ideologia atua, deve nos voltar à compreensão da luta antirracista como uma pauta de todas/as/es, considerando a branquitude e o racismo como opressão central na exploração da classe trabalhadora e na reprodução do capitalismo no Brasil. Cabe, no entanto, ponderar que tal solidariedade não pode se resumir a ações individuais ou pontuais, uma vez que incorreríamos em uma perspectiva idealista da realidade, mas sim deve ser fruto das lutas materiais concretas da classe trabalhadora para superar a atual sociabilidade.

Referências

AQUINO, C. R. (2021). *Racismo e branquitude: um estudo com graduandos da área da saúde*. 2021. 12 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3158>. Acesso em: 06 fev. 2022.

ALMEIDA, S. (2021). *Racismo Estrutural*. 8. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Jandaíra. 256 p. (19-00703). Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro.

AMARANTE, P. (2003) A (clínica) e a Reforma Psiquiátrica. In: Amarante PA, organizador. *Archivos de Saúde Mental e Atenção Psicossocial*. Rio de Janeiro: Editora NAU. p. 45-65.

BENTO, M. A. (2002). Branqueamento e branquitude no Brasil. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, Iray. (orgs.) *Psicologia Social do Racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, Vozes.

BRASIL, M. S. (2017) Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra: uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social*. – 3. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde.

_____. (2018). Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016*. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade – Brasília: Ministério da Saúde.

BOTTOMORE, T. (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Zahar; 2ª edição (1 abril 1988). 696 pgs.

CARDOSO, L. (2020). *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional*. Curitiba: Appris, 2 v.

_____. (2010). Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, [s. l], v. 8, n. 1, p. 1-25, jun. Centro de Estudios Avanzados en Niñez y Juventud alianza de la Universidad de Manizales y el CINDE.

COROSSACZ, V. R. (2017). O conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Orgs: Tânia M. P. Muller e Lourenço Cardoso. 1 ed. - Curitiba: Appris. 335 p.

CRUZ, N. F. O.; GONÇALVES, R. W.; DELGADO, P. G. G. (2020). Retrocesso da Reforma Psiquiátrica: o desmonte da política nacional de saúde mental brasileira de 2016 a 2019. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 18, n. 3, e00285117. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00285.

CHAUÍ, M. (2008). *O que é ideologia* - 2ª ed. - São Paulo: Brasiliense - (Coleção primeiros passos; 13).

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. M. (2018) Saúde Mental e Racismo Contra Negros: produção bibliográfica brasileira dos últimos quinze anos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S.L.], v. 38, n. 3, p. 450-464, set. Especial. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-37030003262017>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/gPSLSxDcHDhDccZgpk3GNVG/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 abr. 2022

EAGLETON, T. (1997). *Ideologia. Uma Introdução*. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. - São Paulo; Unesp/Boitempo.

FAGUNDES, G. G. (2020). O racismo no caso brasileiro e as raízes da superexploração do proletariado negro. *Em Pauta*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 45, p. 55-68, jan. Semestral. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FANON, F. (2020) *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA.

FAUSTINO, D. M; OLIVEIRA, M. C. S. (2020). FRANTZ FANON E AS MÁSCARAS BRANCAS DA SAÚDE MENTAL: subsídios para uma abordagem psicossocial. *Revista da Abpn*, São Paulo, v. 12, p. 6-26, out. Especial. Ed. Especial – Caderno Temático: “III ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogos/os Negras/os e Pesquisadoras/es”. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/cac5/de664f7c3ecab46f27fa667b573a020ef057.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

FERREIRA, C. C. C.; FAGUNDES, G. G. (2021). Dialética da questão social e a unidade classe, gênero e raça. *Temporalis*, Brasília (Df), n. 42, p. 62-76, jun. Semestral.

FERRUGEM, D. (2019) *Guerra às drogas e a manutenção da hierarquia racial*. Belo Horizonte: Letramento.

GONZALEZ, L. (1988) A categoria político-cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). p. 69-82.

IDOETA, P. A. (2020) *4 efeitos do racismo no cérebro e no corpo de crianças, segundo Harvard*. BBC News Brasil, São Paulo, 09, dezembro. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-55239798>> Acesso em: 15/01/22.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2021* (PNAD 2021). Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>

_____. (2022). *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*. Rio de Janeiro. IBGE. 2a Ed. <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972>

LUCE, M. S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias - uma visão histórica*. Expressão Popular. São Paulo.

MAESO, S. R. (2020). O negro como não ser e a branquitude: em diálogo com a obra de Frantz Fanon e os desafios da luta antirracista. *Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*, Rio de Janeiro, p. 240-257. Especial. Disponível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/94107/1/O%20negro%20como%20nao%20ser%20e%20a%20branquitude.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

MARIN, Y. O; NUNES P. V; CASSIANI, S. (2020) A Branquitude e a Cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de Ciências e Biologia: *Uma proposta decolonial no estágio supervisionado*. Ensino, Saúde e Ambiente. <https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a43025>.

MEDEIROS, T. M; SILVA, M. X; SILVA, R. D. F. C. (2021) Colonialidade e a branquitude: *apontamentos para quebra dos pactos de silêncio na saúde*. Em Construção: arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 105-125, 29 jul. 2021. Semanal. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2021.55233>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/55233/39152>.

MOROSINI, M. V; MATTA, G. C. (2010). Atenção Primária em Saúde. In: PEREIRA, I. B; LIMA, J. C. F. (Orgs.). *Dicionário da educação profissional em saúde*. 2a.ed., Rio de Janeiro: EPSJV.

MUNANGA, K. (2020). *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 158 p.

MUNIZ, T. (2021). De corpos universais a corpos refratários: branquitude e efeitos raciais das tecnologias bio-médicas. *Bioteχνologias, Transformações Corporais e Subjetivas: saberes, práticas e desigualdades*, [S.L.], p. 331-355. Semanal. ABA Publicações. <http://dx.doi.org/10.48006/978-65-5973-030-8-14>. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/files/CAP-163482366.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.

NETTO, P. J. (2011). *Introdução ao estudo do método de Marx* - 1.ed.- São Paulo : Expressão Popular. 64 p.

OLIVEIRA, R. (2020). Quilombos, racismo ambiental e formação em saúde e saúde mental: diálogos emergentes. *Odeere: Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB*, [S.L.], v. 5, n. 10, p. 129-156, 31 dez. Semanal. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/Edicoes UESB. <http://dx.doi.org/10.22481/odeere.v5i10.6876>. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6876>. Acesso em: 02/05/22.

OLIVEIRA, C. M; RIBEIRO, L. A.; RABELO, J. L; CUNHA, A. P. S; ALMEIDA, J. R. J.; SOARES, J. (2021). Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. *Brazilian Journal Of Health Review*. Curitiba, p. 28768-28782. nov. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/41787/pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.

PEREIRA, E. C; SAMPAIO, S. S. (2018). A relação de classe e raça na formação da classe trabalhadora brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, [S.L.], v. 1, n. 133, p. 432-445, dez. 2018. Trimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.152>.

QUEIROZ, M. (2021). Clóvis Moura e Florestan Fernandes: interpretações marxistas da escravidão, da abolição e da emergência do trabalho livre no Brasil. *Revista Fim do Mundo*, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 255-280, jan. 2021. Trimestral.

RODRIGUES, R. F. (2022). Uma Crítica da Ideologia do Racismo. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v.14, n.2, p.146-167, ago. ISSN: 2175-5604 . DOI:<https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49510>

ROCHA, R. V. S.; TORRENTÉ, M. N.; COELHO, M. T. Á. D. (2018). *Saúde Mental e Racismo à Brasileira: análise de narrativas em um centro de atenção psicossocial em Salvador/BA*. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29138/1/Diss.%20Renan%20Vieira%20de%20Santana%20Rocha.%202018.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

RUAS, R. (2021). Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 379-415, jan. 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2020/46086>.

SANTANA, H. M; CASTELAR, M. (2015). Racismo e branquitude na prática profissional de psicólogas brancas e negras. *Revista Brasileira de Psicologia*, Salvador, Bahia, v. 0, n. 02, p. 1-15, 2015. Especial. Disponível em: [Racismo-e-branquitude-na-pratica-profissional-de-psicologas-brancas-e-negras-Racism-and-whitness-study-in-the-practice-of-africanamerican-and-white-psychologists.pdf](https://www.researchgate.net/publication/311111111) (researchgate.net) Acesso em: 08 fev. 2022.

SANTANA, M. F. (2017). *"Muito além da cor da pele": psicologia, saúde mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de Suzano*, São Paulo. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15092017122533/publico/santana_me.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.

SANTOS, H. L. P. C; MACIEL, F. B. M; SANTOS, K. R.; CONCEIÇÃO, C. D. V. S; OLIVEIRA, R. S.; SILVA, N. R. F.; PRADO, N. M. B. L. (2020). Necropolítica e reflexões acerca da população negra no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.L.], v. 25, n. 2, p. 4211-4224,

out. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-812320202510.2.25482020>.

SILVA, M. L. (2004). *Racismo e os efeitos na saúde mental*. I Seminário saúde da população negra,. Disponível em: <http://www.mulheresnegras.org/doc/livro%20ledu/129132MariaLucia.pdf.>> Acesso: 20/03/2021

SILVA, M. A. B. ; OLIVEIRA, I. F. (2021). A relação entre racismo, saúde e saúde mental: psicologia e educação antirracista. *Quaderns de Psicologia*, [s. l], v. 23, n. 3, p. 1-21. Semanal. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-silva-oliveira/1753-pdf-pt>. Acesso em: 09 fev. 2022.

SILVA, P. E. (2017). O conceito de Branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: *Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil*. Orgs: Tânia M. P. Muller e Lourenço Cardoso. 1 ed. - Curitiba: Appris. 335 p.

SCHUCMAN, L.V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Veneta. 216 p. Introdução de Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. Apresentação de Leny Sato. Prefácio de Maria Aparecida da Silva Bento.

SOUZA, C. L. S. (2022). Racismo e Superexploração: apontamentos sobre a história do trabalho e da classe trabalhadora no Brasil. *Germinal: marxismo e educação em debate*, Salvador, v. 14, n. 2, p. 33-55, ago. Semestral.

SOUZA, D. O. (2021). As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, e00311143. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00311

SOUZA, N. S. (1983). *Tornar-se Negro: ou as Vicissitudes da Identidade do Negro Brasileiro em Ascensão Social*. Rio de Janeiro: Edições Graaal (Coleção Tendências), 88 p.

WAYNE, M; CABRAL, V. N. (2021). Capitalismo, Classe e Meritocracia: um estudo transnacional entre o Reino Unido e o Brasil. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 46, n. 3, e117535. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236117535>

ANEXO

Lista de Artigos Científico Pesquisados - Plataformas Scielo e Google Acadêmico

Palavras Chave: Branquitude e Saúde - 08 produções:

1. AQUINO, Caroline Rosa. **Racismo e branquitude:** um estudo com graduandos da área da saúde. 2021. 12 f. TCC (Graduação) - Curso de Psicologia, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/3158>. Acesso em: 06 fev. 2022.
2. MARIN, Yonier Orozco; NUNES Pâmela Vieira; CASSIANI, Suzani. A Branquitude e a Cisgeneridade problematizadas na formação de professoras(es) de Ciências e Biologia: Uma proposta decolonial no estágio supervisionado. 2020 **Ensino, Saude e Ambiente**. <https://doi.org/10.22409/resa2020.v0i0.a43025>.
3. MEDEIROS, Thamires Monteiro de; SILVA, Mariana Xavier da; SILVA, Roberta Dorneles Ferreira da Costa. Colonialidade e a branquitude: apontamentos para quebra dos pactos de silêncio na saúde. **Em Construção:** arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 105-125, 29 jul. 2021. Semanal. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/emconstrucao.2021.55233>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/emconstrucao/article/view/55233/39152>. Acesso em: 07 fev. 2022.
4. SANTANA, Hellen Maciel; CASTELAR, Marilda. Racismo e branquitude na prática profissional de psicólogas brancas e negras. **Revista Brasileira de Psicologia**, Salvador, Bahia, v. 0, n. 02, p. 1-15, 2015. Especial. Disponível em: [Racismo-e-branquitude-na-pratica-profissional-de-psicologas-brancas-e-negras-Racism-and-whitness-study-in-the-practice-of-africanamerican-and-white-psychologists.pdf \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/331111111) Acesso em: 08 fev. 2022.
5. MUNIZ, Tatiane Pereira. De corpos universais a corpos refratários: branquitude e efeitos raciais das tecnologias bio-médicas. **Bioteχνologias, Transformações Corporais e Subjetivas:** saberes, práticas e desigualdades, [S.L.], p. 331-355, 2021. Semanal. ABA Publicações. <http://dx.doi.org/10.48006/978-65-5973-030-8-14>. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/files/CAP-163482366.pdf>. Acesso em: 08 fev. 2022.
6. SILVA, Anne Bittencourt Santos e. Compreensões acerca do/a branco/a e da branquitude na Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**, [s. l], v. 230, n. 21, p. 68-80, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/60043/751375152619>. Acesso em: 08 fev. 2022.
7. GONÇALVES, Mônica Mendes. **Raça e Saúde:** concepções, antítese e antinomia na atenção básica. 2017. 205 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde-07022018->

[122142/publico/MonicaMendesGoncalvesREVISADA.pdf](#). Acesso em: 08 fev. 2022.

8. SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo:** branquitude, hierarquia e poder na cidade de são paulo. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/publico/schucman_corrigida.pdf. Acesso em: 09 fev. 2022.

Palavras Chave: Branquitude e Saúde Mental - 11 produções:

1. MAESO, Silvia Rodríguez. O negro como não ser e a branquitude: em diálogo com a obra de Frantz Fanon e os desafios da luta antirracista. **Direitos Humanos, Saúde Mental e Racismo:** diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon, Rio de Janeiro, p. 240-257, 2020. Especial. Disponível em: <http://cejur.rj.def.br/uploads/arquivos/f69bf38dcc31430e90ae368657f66a6f.pdf> Acesso em: 09 fev. 2022.
2. SILVA, Marcos Antonio Batista da; OLIVEIRA, Ivani Francisco de. A relação entre racismo, saúde e saúde mental: psicologia e educação antirracista. **Quaderns de Psicologia**, [s. l.], v. 23, n. 3, p. 1-21, 2021. Semanal. Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-silva-oliveira/1753-pdf-pt>. Acesso em: 09 fev. 2022.
3. OLIVEIRA, Clarice Maynarte; RIBEIRO, Larissa Alves; RABELO, Juliana Lemos; CUNHA, Anna Patrícia dos Santos; ALMEIDA, João Ricardo Jardim de; SOARES, Janaína. Impacto do racismo na saúde mental da criança negra: uma revisão de literatura. **Brazilian Journal Of Health Review**. Curitiba, p. 28768-28782. nov. 2021. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/41787/pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.
4. IGNÁCIO, Marcos Vinicius Marques. **A trajetória (descontinuada) do grupo de trabalho racismo e saúde mental:** caminhos para o enfrentamento do racismo no campo da reforma psiquiátrica brasileira?. 2019. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Centro Biomédico, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/bitstream/1/3954/1/DISSERTACAO%20Marcos%20Vinicius%20versao%20final.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2022.
5. OLIVEIRA, Regina Marques de Souza; LIMA, Joice Naiane Santos. Saúde mental e relações étnicas: formação do psicólogo para o sus e o suas, colonização e currículo. **Odeere:** Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade - UESB, Bahia, v. 2, n. 4, p. 1-21, dez. 2017. Semanal. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/2372/2265>. Acesso em: 10 fev. 2022.
6. FAUSTINO, Deivison Mendes; OLIVEIRA, Maria Clara dos Santos. FRANTZ FANON E AS MÁSCARAS BRANCAS DA SAÚDE MENTAL: subsídios para uma abordagem psicossocial. **Revista da Abpn**, São Paulo, v. 12, p. 6-26, out. 2020. Especial. Ed. Especial – Caderno Temático: “III ANPSINEP - Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es”. Disponível em:

- <https://pdfs.semanticscholar.org/cac5/de664f7c3ecab46f27fa667b573a020ef057.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.
7. ROCHA, Renan Vieira de Santana; TORRENTÉ, Mônica Nunes de; COELHO, Maria Thereza Á. D.. **Saúde Mental e Racismo à Brasileira**: análise de narrativas em um centro de atenção psicossocial em salvador/ba. 2018. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador/Ba, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/29138/1/Diss.%20Renan%20Vieira%20de%20Santana%20Rocha.%202018.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.
 8. SANTANA, Monica Feitosa. **"Muito além da cor da pele"**: psicologia, saúde mental e relações étnico-raciais em serviços públicos de saúde do município de suzano, são paulo.. 2017. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-15092017-122533/publico/santana_me.pdf. Acesso em: 10 fev. 2022.
 9. DAMASCENO, Marizete Gouveia. **Onde se esconde o racismo na psicologia clínica?**: a experiência da população negra na invisibilidade do binômio racismo e saúde mental. 2018. 166 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Departamento de Psicologia Clínica, Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/41752/1/2018_MarizeteGouveiaDamasceno.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.
 10. PEREIRA, Diogo Fagundes; SILVA, Cristiane Moreira; ZIMBRÃO, Mirelli Aparecida Neves. Sofrimento psíquico e preconceito em grupos étnicos. **Brazilian Journal Of Development**. Curitiba, p. 102453-102467. nov. 2021. Disponível em: [ISSN: 2525-8761 \(researchgate.net\)](https://www.researchgate.net/publication/358123456). Acesso em: 16 fev. 2022.
 11. BENTO, Maria Aparecida Silva. BRANQUEAMENTO E BRANQUITUDE NO BRASIL. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia Social do Racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. Cap. 2. p. 25-58. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/racismo/racismo_institucional_caderno_do_evento_bh_2014.pdf#page=5. Acesso em: 16 fev. 2022.